

Sumário

Número de notícias: 30 | Número de veículos: 18

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita começa a divulgar caixa-preta" de benefícios fiscais.....3

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Cerca de 15 mil empresas somaram mais de R\$ 50 bi em isenções em 20218

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Pacheco quer acelerar arcabouço no Senado, sem passar por comissões.....9

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

O acordo que selou o arcabouço fiscal - MARIA CRISTINA FERNANDES.....10

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Indefinição sobre Carf é ruim, diz Haddad.....12

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Balanços mostram impacto de tributação de benefícios fiscais.....13

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Contribuintes preferem esperar STJ e não atender notificações da Receita.....16

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Haddad: "Qualquer investidor que saiba fazer conta vai ver que é uma regra dura".....18

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Peritos: fila cresce por falta de gestão.....19

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Contribuições pagas ao INSS podem ser deduzidas no IR.....22

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
SEGURIDADE SOCIAL

Provisão de crédito nos fundos de pensão (Artigo).....23

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
SERVIDOR PÚBLICO

Precatórios não são dívida pública (quase sempre) (Artigo).....25

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governadores apreensivos.....27

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Acordo com Lira foi salvaguarda, mas placar não reflete base de Lula.....29

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
REFORMA TRIBUTÁRIA

Os sinais enviados pelo Congresso a Lula (Editorial).....31

Quinta-Feira, 25 de Maio de 2023

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Voto no arcabouço teve base rebelde e oposição fiel..... 32

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Vitória de Haddad e erro do governo - MÍRIAM LEITÃO..... 34

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Marco é positivo, mas gasto maior em 2024 desagradada..... 36

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governadores cobram detalhes do texto da reforma tributária..... 39

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Com arcabouço aprovado, gestão Lula 3 começa pra valer..... 41

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Arcabouço é bem recebido, mas exterior limita ganhos..... 42

AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Dia Livre de Impostos: lojistas chamam atenção sobre carga tributária..... 44

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Para Haddad, caminho para aprovação da reforma tributária está aberto..... 45

O GLOBO - ON LINE - RJ
REFORMA TRIBUTÁRIA

Quais os prós e contras do arcabouço fiscal aprovado na Câmara? Cinco economistas respondem..... 46

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Novo arcabouço será pretexto para aumentar impostos (Editorial)..... 49

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Governo deve anunciar hoje medidas para baratear carro popular..... 50

O GLOBO - RJ - ESPORTES
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Brasil já emitiu mais de 500 licenças para sites de apostas..... 52

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

"A narrativa de perda não é verdadeira"..... 54

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

A regra e a realidade (Editorial)..... 56

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Governo poderá gastar até R\$ 28 bi a mais em 2024 se receita surpreender..... 57

Receita começa a divulgar "caixa-preta" de benefícios fiscais

Eduardo Cucolo

A **Receita Federal** divulgou três listas com o nome de empresas beneficiadas por incentivos, renúncias, benefícios ou imunidade tributária. A iniciativa atende à determinação do Ministério da Fazenda de abrir a chamada "caixa-preta" dos gastos tributários federais.

Uma delas é a relação de benefícios declarados na Escrituração Contábil Fiscal do contribuinte, que traz dados sobre mais de 15 mil grandes empresas, com valores que somam R\$ 50 bilhões, referentes ao ano de 2021 para IRPJ/CSLL (**tributos** sobre o lucro das empresas).

Foram publicadas também as relações de empresas imunes ou isentas de IRPJ/CSLL -com cerca de 260 mil CNPJs de entidades sem fins lucrativos, religiosas e de previdência privada fechada- e de cerca de 23 mil companhias inscritas em 14 Regimes Especiais de Tributação. Nesses casos, não foram apresentados os valores das renúncias individualmente.

A lista dos maiores beneficiados ainda pode sofrer alterações, pois nem todas as empresas tiveram seus dados divulgados. A Folha selecionou as 50 companhias com maiores valores apresentados pela Receita até o momento.

Na lista, estão grandes empresas, como Vale, Petrobras, subsidiárias da Eletrobras e companhias que atuam na Zona Franca de Manaus e no Nordeste.

Portaria divulgada pela Receita na semana passada prevê ainda a divulgação de informações relativas a benefícios de importação (PIS/Cofins e IPI), que devem ser apresentados até o fim deste mês. Os dados não incluem alguns dos maiores gastos tributários federais, como o Simples e as desonerações das cestas básicas e da folha de pagamento.

Segundo a Receita, as listas serão periodicamente revisadas e reavaliadas, de modo a promover a ampliação gradual do rol de transparência, "sempre com a devida segurança jurídica".

Na relação que traz o valor individual das renúncias, foram listados 22 tipos de benefício. A maior parte dos recursos divulgados se refere aos incentivos para

projetos nas áreas das superintendências do desenvolvimento do Nordeste e da Amazônia (Sudam/Sudene) e para os fundos de investimentos das duas regiões (Finam e Finor).

Há também programas como ProUni (Universidade para Todos), Rota 2030 (automotivo) Padis (semicondutores), Empresa Cidadã (prorrogação da licença-maternidade) e PAT (alimentação do trabalhador), além de deduções relacionadas aos fundos da criança e adolescente e do idoso, a programas de incentivo à cultura e esporte e com horário eleitoral.

O ministro Fernando Haddad (Fazenda), que elaborou o ProUni quando comandava a pasta da Educação, já havia defendido a abertura da

"caixa-preta" de benefícios fiscais, se referindo aos valores como "quase R\$ 600 bilhões que a União perde em nome de meia dúzia que fazem lobby no Congresso e no Judiciário, ilegítimos". Nem todos os benefícios listados são considerados ilegítimos pelo governo.

A **Receita Federal** afirma que a divulgação atende a demandas da sociedade e de órgãos de controle externo, propiciando maior transparência ao Sistema Tributário Nacional.

"No caso específico dos benefícios fiscais, a transparência permite à sociedade identificar os contribuintes que recebem tratamento tributário diferenciado, propiciando um ambiente de maior confiança entre contribuinte e administração tributária."

Para Diogo de Andrade Figueiredo, sócio do Schneider Pugliese Advogados, a portaria da Receita que prevê a divulgação dos dados viola direito à privacidade e ao sigilo fiscal. Em sua opinião, há clara intenção do governo de expor essas empresas.

"Chamamos a atenção para a desproporcionalidade e para o caráter político da medida. Considerando que os benefícios são obtidos de forma legal, seguindo as regras para seu aproveitamento, divulgar os nomes das pessoas implica violação ao sigilo fiscal e à privacidade dessas pessoas", afirma Figueiredo.

Ele afirma ainda que a desoneração da folha e a

desoneração da cesta básica estão na mesma categoria dos benefícios fiscais federais divulgados e, portanto, faria sentido que constassem da portaria da Receita.

"Ocorre que não estão entre as desonerações que o governo tem dito que pretende atacar. Logo, não divulgaram. Ou seja, a divulgação foi seletiva, o que comprova mais uma vez que o propósito da portaria é expor e pressionar os contribuintes, não uma verdadeira política pública de transparência", diz o tributarista.

Tecnicamente denominadas de gastos tributários, as isenções representam uma perda estimada de R\$ 456 bilhões para a União neste ano e devem chegar a R\$ 486 bilhões em 2024.

Os setores de comércio e serviços, saúde e agricultura ficam com mais de 50% do gasto tributário federal, conforme apresentado no mapa de gastos tributários elaborado pela Folha com base em dados da Receita.

Chamamos a atenção para a desproporcionalidade e para o caráter político da medida. Considerando que os benefícios são obtidos de forma legal, seguindo as regras para seu aproveitamento, divulgar os nomes das pessoas implica violação ao sigilo fiscal e à privacidade dessas pessoas

Diogo de Andrade Figueiredo sócio do Schneider Pugliese Advogados

Alguns benefícios fiscais já divulgados pela Receita Em R\$ bilhões

Eletronorte

1,22

Salobo Metais (Vale)

1,21

Petrobras

1,13

Chesf

0,85

Braskem

0,76

Recofarma do AM (Coca-Cola)

0,61

Companhia Siderúrgica do Pecém

0,44

Coelba

10,33

Novamed Produtos Farmacêuticos

10.32

Crown da Amazônia

10.32

Mineração Caraíba

10,31

Energisa Mato Grosso

10.29

Aro suco (Ambev)

10.29

Refinaria de Mataripe

10,27

Jacobina Mineração e Comércio

10,26

Termo Norte Energia

10,26

Rumo Malha Norte

10.25

Equatorial Pará Energia

10.25

TIM

10,24

Equatorial Maranhão Energia

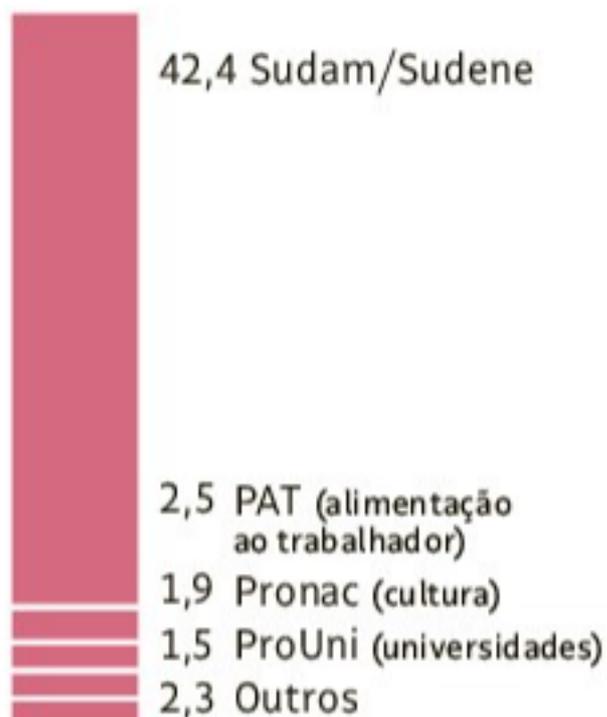
10.23

Inpasa Agroindustrial	10.14
10,23	Belgo Bekaert Arames
FS Agrisolutions Biocombustiveis	I 0,14
10,22	Bertuol Indústria de Fertilizantes
Bom Futuro Agrícola	I 0,14
10,21	Alcoa World Alumina Brasil
South32 Minerais	I 0,14
10,19	Deten Química
Siderúrgica Norte Brasil	10.13
10,18	Britânia Componentes Eletrônicos
Ball do Brasil	10.13
10,18	Equatorial Piauí Energia
Ferbasa (Ferro Ligas)	10.13
10,17	Equatorial Alagoas Energia !
Mineração Paragominas	0,13
10,16	Indorama Ventures Polímeros
Bunge Alimentos	10.12
0,16	CSN Mineração
Aço Cearense Industrial	10.12
10.15	Energisa Paraíba Energia
Argo Transmissão de Energia	10.12
10.15	Proquigel Química
Transmissora Aliança de Energia	10.12
0,14	LG Electronics do Brasil
Mineração Aurizona	10.12
10.14	Cia Energética do RN
Coimpa Industrial	10.12
I 0,14	Site:
Telefônica Brasil	https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50287&anchor=6477800&maxTouch=0&_ga=2.94747226.717745510.1684724620-

**1980247189.1672582619&_mather=757bf67604fe4aa8&pd
=f71b48a04bcc7b058b2ee195b2d54c8c**

Benefícios tributários divulgados pela Receita somam R\$ 50 bilhões

Em R\$ bilhões



Fonte: elaboração própria com base em dados da Receita Federal

Cerca de 15 mil empresas somaram mais de R\$ 50 bi em isenções em 2021

LUCAS AGRELA WESLEY GONSALVES

A **Receita Federal** divulgou ontem três listas com mais de 15 mil empresas que receberam benefícios fiscais em 2021. A divulgação atende a uma determinação do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para abrir a "caixa-preta" da Receita. A lista mostra que 57 empresas tiveram deduções fiscais de mais de R\$ 100 milhões cada em 2021, totalizando R\$ 34 bilhões, ou seja, 67% do total, que é de R\$ 50,6 bilhões.

As isenções são para **tributos** sobre o lucro (IRPJ/CSLL). Em média, a Receita concedeu R\$ 3,2 milhões para cada uma das 15.671 empresas.

A maior isenção foi concedida à mineradora Vale: R\$ 20 bilhões.

Em 2021, a empresa teve receita líquida de R\$ 293,5 bilhões.

Com isso, foi capaz de gerar R\$ 14,67 em faturamento a cada R\$ 1 de dedução fiscal.

Do total em isenção à Vale, R\$ 19 bilhões foram destinados aos projetos da Sudam e da Sudene, respectivamente, no Norte e no Nordeste do País.

Em segundo lugar, aparece a Eletronorte, subsidiária da Eletrobras, com dedução de R\$ 1,2 bilhão, seguida pela Salobo Metais, subsidiária da Vale, com o mesmo valor.

Conforme antecipou o Estadão, Haddad havia divulgado a intenção de abrir a "caixa-preta" das renúncias tributárias, que produz um buraco de R\$ 600 bilhões no Orçamento.

Para Henrique Lopes, sócio de direito tributário do escritório KLA Advogados, a divulgação de deduções e benefícios fiscais é positiva, mas precisa ser feita com cuidado, para não prejudicar as empresas que têm informações sensíveis expostas.

Questionada sobre a divulgação, a Vale informou, em nota, que as informações sobre isenção fiscal relativas à mineradora são públicas e divulgadas trimestralmente pela companhia. "Os investimentos ambientais, sociais e econômicos são publicados regularmente, dentro da política de transparência da

empresa com a sociedade", declarou a empresa. "A Vale reafirma o seu compromisso com a transparência e a mineração sustentável." O Estadão também procurou as demais citadas, mas não recebeu resposta até a conclusão desta edição.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Pacheco quer acelerar arcabouço no Senado, sem passar por comissões

MARIANA CARNEIRO

Com votação concluída na Câmara ontem, a proposta de novo arcabouço fiscal deve ganhar trâmite acelerado no Senado a depender do presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSDMG).

O intuito do senador é levar o tema à votação diretamente no plenário, o que agradaria ao governo. "O tema já foi suficientemente debatido", diz o senador Jaques Wagner (PT-BA), líder do governo no Senado. A decisão será tomada em conjunto por líderes do governo e do PSD, partido que deve assumir a relatoria do projeto no Senado.

Apesar do entendimento de Pacheco, parte dos parlamentares defende que o tema passe por uma avaliação preliminar na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), sob a relatoria do senador Omar Aziz (PSDAM), aliado do governo. Já Davi Alcolumbre (União-AP), aliado de Pacheco, defende que o tema passe também pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que ele preside.

"O recesso não é só no dia 15 de julho? Então temos tempo até lá", disse Alcolumbre ao Estadão.

A previsão de Aziz é de que seria possível concluir a votação até o dia 15 de junho.

BUSCA POR RECEITA.

Aliados do presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), afirmam que o deputado já entregou o prometido a Haddad, ao aprovar o arcabouço fiscal, e que o eventual aumento de arrecadação é "trabalho do governo".

Duas iniciativas devem servir como prova de fogo da capacidade do Palácio de gerar novas receitas nos próximos meses: a aprovação do projeto de lei que regula o mercado de apostas online e a volta do voto de desempate da Receita Federal no Carf.

A VEZ DA REFORMA.

Haddad comemorou o placar da votação e afirmou que se trata de um bom prognóstico para outra medida de interesse da equipe econômica: a reforma tributária. A regra fiscal foi aprovada com 372 votos favoráveis e

108 contrários, superando as projeções do governo de ter um "placar de PEC" (Proposta de Emenda à Constituição), que demanda 308 votos - como será necessário para aprovar as alterações na tributação no País. Como é uma lei complementar, o arcabouço precisava de 257 votos.

Ontem, quatro destaques foram rejeitados, entre eles o que vetava a ampliação dos gastos em 2024 em até R\$ 80 bilhões.

"O placar foi expressivo. A Câmara dos Deputados deu uma demonstração de que busca um entendimento para ajudar o Brasil a recuperar as taxas de crescimento mais expressivas.

Isso também nos dá muita confiança de que a reforma tributária é a próxima tarefa a cumprir. O presidente Arthur Lira deixou muito claro que pretende votar a tributária na Câmara no primeiro semestre", afirmou Haddad.

Também ontem, Lira disse que o avanço do arcabouço é o momento de o Banco Central começar a baixar a taxa básica de juros.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

O acordo que selou o arcabouço fiscal - MARIA CRISTINA FERNANDES

MARIA CRISTINA FERNANDES

Quando o quórum se completou, às 11h da última terça-feira, na casa do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), na ponta que avança sobre o Lago Sul conhecida por Península dos Ministros, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ainda dormia. Havia chegado às 4h30 de Hiroshima.

No início da tarde, um ministro com assento no Palácio do Planalto brincava: "A gente só está tranquilo aqui porque ele ainda está dormindo".

Quando a reunião/almoço na casa de Pacheco acabou, quatro horas depois, Lula já estava reunido no Alvorada com seus quatro ministros palacianos para traçar o plano de voo para junho, o primeiro mês, desde a posse, em que não vai sair do Brasil.

Enquanto o presidente ainda escolhia os instrumentos com os quais pretende navegar, o deputado Elmar Nascimento (União-BA) tomava a palavra na Península dos Ministros e, se dirigindo ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que compareceu ao lado do seu secretário-executivo, Gabriel Galípolo, fez a fala mais incisiva do encontro: "Não há espaço algum para retroceder na Eletrobras, no marco legal do saneamento e na autonomia do Banco Central".

O deputado, o preferido do atual presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para sua sucessão, recorrera ao ex-ministro das Comunicações do governo Jair Bolsonaro, Fabio Faria, hoje diretor de Relações Institucionais do BTG, para arregimentar o **PIB** do evento.

Como antecipado por Adriana Fernandes e Mariana Carneiro, foi um quórum nada desprezível reunido à luz do dia: Rubens Menin (MRV), André Esteves (BTG), Rubens Ometto (Cosan), Flavio Rocha (Riachuelo), Josué Gomes (Fiesp), Carlos Sanchez (EMS), Lucas Kallas (Cedro), João Camargo (Esfera), Ricardo Faria (Granja Faria), Benjamin Steinbruch (CSN), Isaac Sidney (Febraban) e Rodrigo Maia (CNF).

Pelo menos dois dos presentes saíram com a impressão de que a precedência da Eletrobras na fala do deputado, que foi relator da medida provisória na Câmara, não foi retórica. O deputado sonha em repetir

o quórum daquela MP - e o apoio de setores como o capitaneado pela CS Participações - para sedimentar sua candidatura à sucessão de Lira.

A contundência do deputado na defesa da MP da Eletrobras coincide com um momento em que dirigentes da empresa já começam a procurar interlocutores no governo para saber com quantos assentos no Conselho a demanda de retomada de direitos políticos da União seria satisfeita.

A fala de Elmar Nascimento evocou apenas o mais explícito, mas não o único compromisso no qual se alinhavou a votação daquela noite. Cinco horas depois, o arcabouço fiscal arrancaria 372 votos. Foram 115 votos a mais do que precisava.

Muito mais do que Haddad previa e até do que mudança constitucional exige (308).

O exagero não foi apenas de votos, mas de compromissos. A paz entre o anfitrião e Lira foi sacramentada pelo acordo de que o Senado não afrouxaria aquilo que a Câmara aprovaria naquela noite. Poucos embates inquietam tanto os deputados quando a perspectiva de sair, aos olhos do governo, como mais muquiranas do que os senadores.

Nesta disputa, quem se aproxima mais dos desejos do Executivo se coloca à frente como credor.

É esta, no fundo, a grande questão que move o insepulto debate sobre a tramitação das medidas provisórias. Quem fala por último tem a oportunidade de negociar mais prebendas.

Quando o encontro daquela terça foi planejado, havia rumores de que os senadores pretendiam engordar as margens que os deputados concederiam ao Executivo. Daí porque as duas Casas precisavam acertar os ponteiros. E tudo indica que o fizeram.

Mas os presentes acertaram mais que os ponteiros. Ao prestigiarem Haddad, os comensais da Península dos Ministros quiseram alvejar os ministros palacianos, um deles, o da Casa Civil, Rui Costa. Baiano como Elmar Nascimento, Costa o irritou ao tapar o nariz para falar da tramitação da MP da Eletrobras.

O ministro da Fazenda tem sido hábil na lida

parlamentar, mas são os colegas palacianos que alocam os cargos, liberam emendas e colocam, na mesa de Lula, aquilo que precisa da rubrica presidencial. É natural que, neste início de governo, acumulem mais desgaste do que Haddad, que navega na margem orçamentária de razoável conforto da PEC da Transição.

Isso até a entrada em vigor do arcabouço, quando o Tesouro precisará revirar os colchões da República para zerar o déficit até 2024. Último a sair da casa de Pacheco, Haddad contou como tem batido à porta dos ministros dos tribunais superiores para reverter o rombo no fisco.

Na longa lista encarada pelo ministro (voto de qualidade no **Carf**, tributação de offshores, revisão da base de cálculo do ICMS, a revisão da base de cálculo de imposto de empresas nacionais que transacionam com o exterior, taxação de apostas eletrônicas e tributação das big techs, ufa!) está claro que a sanha é para arrecadar quando os comensais, que acabarão atingidos por uma ou outra medida, gostariam mesmo era de saber onde ele vai cortar.

Enquanto o encontro na casa de Pacheco rolava, 24 senadores se reuniam em torno do líder da oposição, Rogério Marinho (PL-RN), para o almoço semanal da bancada. É um grupo que, ao contrário de legislaturas passadas, mantém a fidelidade de 25% do eleitorado que acha este governo ruim ou péssimo, dois terços dos quais os colocam na pior das classificações.

Naquele grupo de senadores, o arcabouço não angaria votos.

Ex-ministro do governo Jair Bolsonaro, Marinho é ainda mais azedo com a reversão das reformas. Vê agressão à segurança jurídica em todo canto e diz que a necessidade de receitas trazida pelo marco fiscal ultrapassará a listinha de Haddad, invadirá a **reforma tributária** e pressionará pelo corte de subsídios sem que se tenha dito quais.

Está claro que é na etapa seguinte, a da **reforma tributária**, que o sarrafo vai subir. Os comensais que aplaudiram Haddad não aceitarão pagar a conta. Até lá o governo terá que acalmar o MDB, que ficou de fora do acordo do Lago Sul. A insatisfação não ameaça o arcabouço no Senado. Os rebeldes apenas se mostram desapegados da CPI do 8/1, sinal de normalidade a caminho.

Maria Cristina Fernandes é jornalista do Valor. Escreve às quintas-feiras E-mail mcristina.fernandes@valor.com.br

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

O acordo que selou o arcabouço fiscal

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187557>

Indefinição sobre Carf é ruim, diz Haddad

Estevão Taiar De Brasília

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, reconheceu ontem (24) que a incerteza sobre a votação do projeto de lei que trata de mudanças no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** é negativa para o governo federal. Segundo ele, a indefinição pode atrapalhar o equilíbrio das contas públicas da União.

"É ruim, é ruim", disse a jornalistas na entrada da pasta, ao ser questionado sobre o assunto.

Conforme publicado pelo Valor na segunda-feira, deputados federais governistas e da base aliada já admitem que não há tempo suficiente para aprovar o projeto de lei (PL) na Câmara e no Senado até 1º de junho - data em que expira a medida provisória (MP) que, em um primeiro momento, trataria do assunto.

Entre os motivos para a demora, estão o imbróglio entre deputados e senadores sobre o rito de tramitação de MPs e o foco no arcabouço fiscal. O texto do governo federal propõe, entre outras mudanças, alterações nos julgamentos que terminarem empatados no tribunal.

Segundo Haddad, nos últimos meses o montante que o **Carf** precisará julgar cresceu R\$ 150 bilhões justamente por causa da paralisação da MP e do PL. O ministro afirmou que essa paralisação "ainda não" atrapalha o ajuste fiscal, "mas certamente [haverá prejuízo] se a indefinição perdurar por muito tempo".

"Estamos com R\$ 1,3 trilhão [à espera de julgamento no **Carf**].

Isso chega rapidamente a R\$ 2 trilhões, porque todo mundo se sente confortável com a regra anterior, e a autoridade fiscal perde força", afirmou.

Haddad também disse que cumpriu o acordo feito com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), de "mandar um projeto de lei em regime de urgência". De acordo com o ministro, Lira "tem sido muito prudente no cronograma de votações", mas na terça-feira "anunciou que vai abrir o diálogo com os líderes".

"É um tema sensível, mas ao mesmo tempo respondi que estamos com apoio do Tribunal de Contas da União (TCU), de ministros do STJ (Superior Tribunal de Justiça)", disse Haddad. "A própria OCDE

(Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) deixou claro que, com a regra anterior, o Brasil sequer poderia figurar entre os países [da entidade]." A respeito da manutenção do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) sob a alçada do Banco Central (BC), o ministro disse que a "integridade dos dados" que passam pela autarquia é "mais importante" do que onde ela "vai ficar". O Ministério da Fazenda tentou há poucos meses transferir o Coaf novamente para sua alçada. Mas o relatório da reforma administrativa, apresentado nesta semana, manteve a autarquia ligada à autoridade monetária.

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

Indefinição sobre **Carf** é ruim, diz Haddad

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187557>

Balancos mostram impacto de tributação de benefícios fiscais



Advogado Luca Salvoni: "Ficou uma sensação de que todas as empresas têm problemas e isso não é verdade"

resolução do valor utilizado. A Cosan fez uma provisão de R\$ 1,5 bilhão. O julgamento do STF em uma matéria semelhante foi feito por Joice Bacelo e Beatriz Olivon

Os ganhos de bilhões de reais com incentivos de ICMS e o impacto desses valores nos pagamentos de Imposto de Renda (IRPJ) e CSLL começaram a aparecer nos balanços de grandes empresas - após a recente decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Pelo menos três trataram do tema ao divulgar, neste mês, os resultados do primeiro trimestre: Cosan, Braskem e JBS.

Essa é uma das principais discussões tributárias da atualidade. O STJ decidiu, no dia 26 de abril, que a União pode cobrar IRPJ e CSLL sobre determinados benefícios e incentivos fiscais que são concedidos pelos Estados às empresas.

O governo federal espera arrecadar cerca de R\$ 70 bilhões com essa cobrança e tem pressa. A tributação dos incentivos fiscais é considerada pela área econômica como uma das principais medidas para ajustar as contas públicas e viabilizar o novo arcabouço fiscal.

Mas, segundo especialistas, existem ainda muitas "pontas soltas". O STJ não publicou a decisão que foi tomada no julgamento do dia 26 de abril e há dúvida, entre advogados, sobre o que, exatamente, poderá ou não ser tributado pela União.

Além disso, frisam, ainda podem ser apresentados recursos - no próprio STJ e também ao Supremo

Tribunal Federal (STF).

Cosan e JBS fazem essa ponderação em seus comunicados ao mercado. A JBS, maior empresa de proteína animal do mundo, divulgou os resultados do primeiro trimestre no dia 11 de maio.

Consta no documento que a companhia e suas controladas registraram R\$ 2,03 bilhões em subvenções governamentais, sendo R\$ 694 milhões em crédito presumido e R\$ 1,34 bilhão de redução e isenção de base de ICMS.

Esses valores foram excluídos das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL, o que refletiu em um ganho tributário, no trimestre, de R\$ 692 milhões.

A JBS cita o julgamento do STJ, mas destaca que, até aquele momento, a decisão não havia ainda sido publicada. "A companhia informa que acompanha e avalia os possíveis impactos tão logo ocorra o desfecho definitivo do caso", conclui, sem fazer qualquer ajuste nas contas.

Ao Valor, por meio de nota, reforçou não ser ainda possível "avaliar de forma segura o impacto dessa decisão, ou mesmo fazer estimativas, sem que haja um desfecho definitivo".

Já a Cosan adotou uma postura mais conservadora. Fez provisão de R\$ 1,5 bilhão. Os valores referem-se a benefícios fiscais de ICMS que foram excluídos das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL de duas empresas do grupo - Comgás e Moove.

No documento consta que as empresas decidiram fazer as exclusões, a partir do início de 2021, com base "em toda jurisprudência dominante naquele momento". No ano passado, no entanto, já havia reclassificado a probabilidade de perda sobre o tema de remota para possível. Isso ocorreu em razão de uma decisão da 2ª Turma do STJ em desfavor dos contribuintes.

Agora, com a decisão da 1ª Seção - que tem efeito vinculante para todo o Judiciário - decidiu constituir

provisão do valor utilizado. A Cosan divulgou os resultados do primeiro trimestre no dia 15 de maio.

"É importante destacar que até o momento o impacto desta provisão não é caixa e o acórdão do STJ não foi publicado, ou seja, apesar de termos feito a provisão de todo o passado, serão necessários mais detalhes para concluir sobre a aplicabilidade", diz.

A Braskem também fez a divulgação dos resultados do primeiro trimestre em maio - ou seja, depois do julgamento que ocorreu no STJ -, mas não cita a decisão. Trata somente do seu próprio caso.

Afirma que obteve liminar para excluir os incentivos e benefícios fiscais de ICMS das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL em 2021 e que, em razão dessa liminar, suspendeu os pagamentos.

Mas em agosto de 2022 foi proferida sentença restringido esse direito apenas para créditos presumidos de ICMS (um tipo específico de benefício). Por conta dessa decisão, diz no documento, a companhia efetuou o recolhimento integral dos **tributos**. Foi pago R\$ 1 bilhão.

Ao Valor, a Braskem complementou, por meio de nota, que "o entendimento firmado pelo STJ em abril deste ano não representa contingência passiva para a companhia".

Especialistas ouvidos pelo Valor acreditam que um número maior de empresas deve apresentar informações referentes a benefícios e incentivos de ICMS e o impacto desses valores nos pagamentos de IRPJ e CSLL nas demonstrações financeiras que serão apresentadas no 2º semestre.

"As auditorias estão pressionando e nem todas as empresas conseguiram fazer o ajuste para o primeiro trimestre", diz um executivo de uma empresa de capital aberto.

É que o julgamento do STJ ocorreu no fim do prazo para as divulgações. Companhias de capital aberto têm até 45 dias após o fim do trimestre para divulgar as suas demonstrações financeiras ao mercado.

Advogados têm orientado os seus clientes, no entanto, a tratar o tema com cautela. "Porque a decisão do STJ não é tão preto no branco. Muita água ainda vai passar. Teremos mais contencioso", diz Gabriel Baccarini, do escritório Cascione Advogados.

Luca Salvoni, que atua na mesma banca, reforça que ainda é necessário aguardar. "É claro que as empresas têm que fazer a lição de casa, interna, do impacto disso para cada uma delas. Mas ficou uma sensação de que todas têm problemas e isso não é verdade."

Essa orientação tem sido dada especialmente em relação às investidas que vêm sendo feitas pela **Receita Federal**. O órgão informou ter notificado cerca de 5 mil companhias que recebem incentivos e benefícios de ICMS e teriam cometido irregularidade nos pagamentos ao governo (leia abaixo).

Advogados de empresas, em geral, entendem que o governo federal tem se precipitado e vem, inclusive, contando uma vitória maior do que realmente obteve no STJ.

A leitura que fazem do julgamento e das teses fixadas é de que os ministros não deram passe livre para a União cobrar tributo de todas as empresas que recebem incentivos e benefícios de ICMS.

Créditos presumidos, por exemplo, não podem ser tributados. O STJ firmou esse entendimento em 2017. Disse que, ao tributar, a União estaria esvaziando um benefício concedido por Estados.

As discussões, no julgamento do dia 26 de abril, eram justamente se esse entendimento - contra a tributação por violar o pacto federativo - poderia ser aplicado aos demais tipos de incentivo concedidos pelos Estados: redução de base de cálculo, redução de alíquota, isenção e diferimento, dentre outros.

Os ministros disseram que não se aplica. Ou seja, a União, ao tributar os demais tipos de benefício, não estaria violando o pacto federativo.

Mas, além dessa discussão, existia uma outra na mesa: sobre a Lei Complementar no 160, de 2017 - que promoveu mudanças no artigo 30 da Lei n212.973, de 2014.

Antes dessa alteração havia uma separação entre subvenção de investimento, quando a empresa assume contrapartida ao receber o benefício (ampliação ou construção de uma fábrica), e subvenção de custeio, em que não há contrapartida.

O texto anterior dizia que, no caso de subvenção de investimento, a União não poderia tributar. Depois, com a mudança, passou a constar no artigo 30 da lei que "incentivos e benefícios fiscais ou financeiro-fiscais concedidos pelos Estados e pelo Distrito Federal são considerados subvenções para investimento".

Os contribuintes entenderam que deixou de existir diferença entre os benefícios de ICMS e, por esse motivo, nada mais poderia ser tributado. A Receita, porém, continuou insistindo que só não poderia ser tributado o incentivo concedido como estímulo à ampliação do empreendimento econômico.

Caberia à 1 Seção do STJ, então, dizer qual dos dois têm razão: os contribuintes ou o Fisco. Assim que o STJ encerrou o julgamento, no dia 26 de abril, a Fazenda Nacional declarou vitória. Disse que os ministros concordaram com a União nas duas discussões: não há violação ao pacto federativo e só não pode tributar benefícios com contrapartida.

Mas, segundo advogados, em relação à Lei Complementar nº 160, os ministros teriam dado razão aos contribuintes. Daí a limitação do alcance da decisão do STJ.

A tese que foi lida no julgamento e consta no sistema diz que os contribuintes não serão tributados se cumprirem os requisitos previstos no artigo 10 da lei complementar e do artigo 30 da Lei nº 12.973/2014.

Essas normas dizem que ganhos com os incentivos têm de ser "registrados em reserva de lucros". Significa que só podem ser utilizados na própria empresa. Não é permitido, por exemplo, distribuir aos sócios como dividendos ou juros sobre capital próprio. A interpretação dos advogados, portanto, é de que a Receita só vai poder tributar se as empresas descumprirem esse requisito.

"A decisão do STJ não é tão preto no branco. Muita água ainda vai passar"

Gabriel Baccharini

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20230524/>

Contribuintes preferem esperar STJ e não atender notificações da Receita



DIVULGAÇÃO

Beatriz Olivon e Joice Bacelo

A **Receita Federal** terá dificuldade para obter resultado com as cinco mil notificações enviadas a contribuintes sobre indícios de redução indevida de valores de Imposto de Renda (IRPJ) e CSLL, em decorrência de benefícios fiscais de ICMS. Advogados têm orientado empresas a ignorarem, por ora, o órgão e esperarem os próximos capítulos da decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Para o envio das comunicações, de acordo com a Receita, foi feita uma análise na base de dados fiscais entregues pelos contribuintes. O objetivo era identificar indícios de exclusão de valores não relacionados ao crédito presumido do ICMS - situação em que a retirada é possível.

A área de gestão de risco da Receita identificou um volume crescente de valores sendo excluídos da apuração dos **tributos** federais desde 2014. Em 2021, foram R\$ 120 bilhões - montante que inclui valores de crédito presumido de ICMS. Na hora de definir os contribuintes que receberiam as comunicações, porém, o órgão teria desconsiderado esses casos.

Já os tributaristas dizem que a Receita atingiu, com as notificações, empresas que não teriam cometido nenhuma irregularidade. "Pegaram todo mundo que tem benefício fiscal e informou isso na sua declaração

de Imposto de Renda", diz Rafael Nichele, sócio do escritório Nichele Advogados.

Ele cita, inclusive, casos de clientes que têm créditos presumidos - que segue fora da tributação. O STJ decidiu, em 2017, contra a tributação desse tipo específico de benefício de ICMS. Disse que violaria o pacto federativo. As discussões, agora, eram justamente se esse entendimento poderia ser aplicado aos outros benefícios: redução de base, alíquota, diferimento, dentre outros.

Há casos, ainda, segundo Nichele, de clientes que têm ações judiciais em andamento e decisões definitivas da Justiça permitindo a exclusão dos benefícios dos pagamentos de IRPJ e CSLL. "Receberam a notificação. Alguns estão respondendo que não tem o que regularizar, outros decidiram nem responder."

A Receita alegou que, considerando os valores envolvidos e o julgamento do STJ, entendeu adequado dar início à ação para autor regularização, sinalizando aos contribuintes que ações de fiscalização serão realizadas no futuro.

No **comunicado**, diz que até o fim de julho as empresas poderão acertar a própria situação "sem acréscimo de multa moratória (20%) ou de ofício (75% ou mais)". Mesmo nos casos em que já foi feita autuação, a regularização permite redução em até 50% do valor da multa e parcelamento em até 60 meses.

Os comunicados surpreenderam empresas e seus advogados. Chamou a atenção o envio antes de serem esgotadas as possibilidades de recursos no caso e até mesmo da publicação do acórdão pelo STJ.

"Não vejo as empresas com vontade de pagar. É um baita terrorismo", afirma Priscila Faricelli, sócia do Demarest Advogados. A orientação, acrescenta, tem sido para o ajuizamento de ação sobre o tema, para se preservarem de eventual limite temporal (modulação) pelo STJ. "Esse terrorismo fiscal com as notificações vai gerar corrida das empresas ao Judiciário."

Os contribuintes, segundo Vivian Casanova, sócia do BMA Advogados, não devem tomar nenhuma medida precipitada. "Como a própria Receita diz, são 5 mil contribuintes que aparentam estar nessa situação e não necessariamente estão", afirma. "Nossa

recomendação é efetivamente aguardar para que seja analisado caso a caso".

Julio Janolio, do escritório Vinhas e Redenschi, chama atenção, além disso, que empresas com ações em andamento, que têm decisões favoráveis, devem esperar a conclusão dos seus casos.

Ele cita a Lei nº 9.430. Essa norma dá prazo de até 30 dias-após a reversão de decisões favoráveis - para que os contribuintes paguem os valores ao Fisco sem a incidência de multa. "A **Receita Federal** está se antecipando e muito com essas notificações", diz. "A adesão será baixíssima ou quase nula."

De acordo com Rodrigo Bevi-laqua de Miranda Valverde, do Cescon Barriou, a notificação é bem ampla, apontando "indícios" e a possibilidade de os contribuintes se auto regularizarem. Mas a Receita também indica que se a empresa entender que procedeu com base na legislação pode indicar o dispositivo da lei estadual e a memória de cálculo dos valores excluídos.

"Contribuintes não devem tomar nenhuma medida precipitada" Vivian Casanova

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20230524/>

Haddad: "Qualquer investidor que saiba fazer conta vai ver que é uma regra dura"

RENAN MONTEIRO renan.monteiro@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA -

Estamos com mais de R\$ 150 bilhões a mais em processos para julgar.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ontem que as mudanças feitas pelo relator do projeto na Câmara, deputado Cláudio Cajado (PP-BA), deixaram as regras mais duras e que isso será percebido por economistas do mercado financeiro: - Qualquer investidor que saiba fazer conta vai ver que é uma regra dura, ficou mais dura, mas foi a regra que angariou o maior apoio possível.

O desenho de sustentabilidade está garantido.

O ministro também reconheceu a preocupação com o prazo apertado para a Câmara analisar o projeto de lei (PL) que regulamenta o chamado voto de qualidade no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**.

Uma das apostas da equipe econômica para garantir sustentabilidade fiscal, esse dispositivo perderá a validade em 1º de junho.

O voto de qualidade garante a vitória da **Receita Federal** em caso de empates nos julgamentos do **Carf**. Ele foi extinto em 2020 e voltou a vigorar em janeiro, após uma medida provisória do governo Lula.

Em maio, o governo enviou um PL para regulamentar a mudança no **Carf**. Se não houver apreciação até 1º de junho, a alteração perderá efeito e vai impactar a arrecadação.

- É ruim, mas eu havia combinado com o presidente (da Câmara, Arthur) Lira que mandaria um PL em regime de urgência, e eu fiz. O presidente Lira tem sido muito prudente no cronograma de votação.

Ele vai abrir agora esse diálogo com as lideranças - comentou Haddad.

Durante as discussões sobre o tema no início do ano, a equipe econômica do governo estimou o montante de R\$ 50 bilhões neste ano em receita adicional à União com o voto de qualidade. Haddad ressaltou ontem que o assunto é "muito importante" para a Fazenda: -O número de processos no **Carf** aumentou, porque ficou tudo parado com essa indefinição.

Peritos: fila cresce por falta de gestão

»»*Henrique Lessa*

Dos mais de 1,8 milhão de pedidos de benefícios na fila de espera do Instituto Nacional de Seguro Social (**INSS**), 1,05 milhão aguardam para agendamento de perícia médica.

Muitos segurados, conforme mostrou reportagem publicada na edição de ontem do Correio, estão há mais de um ano na expectativa de uma decisão da Previdência sobre suas demandas - enquanto o ministro da Previdência, Carlos Lupi, corre para cumprir a promessa de diminuir para 45 dias, até o fim do ano, o tempo máximo de espera para a concessão de benefícios.

O **INSS** nega responsabilidade pela demora, alegando que não gerencia mais a perícia, hoje "terceirizada" ao Ministério da Previdência.

A associação dos médicos peritos, por sua vez, acusa a gestão de Lupi de "descaso".

É que mostra a segunda de uma série de quatro reportagens do Correio sobre o problema.

"Está grande (a fila da perícia), porque não há gestão. Desde que o novo governo tomou posse, a gente está sem diretor, e o ministro da Previdência, aparentemente, abandonou a gente.

Ele fica dando declarações polêmicas para a imprensa, nas redes sociais, mas não está agindo.

Para piorar, desde fevereiro, estamos tendo crises constantes com a Dataprev. Março foi o mês mais crítico, ficamos vários dias sem sistema para trabalhar", diz Francisco Cardoso, vice-presidente da Associação Nacional dos Médicos Peritos da **Previdência Social** (ANMP).

"No governo anterior, por mais que fossem difíceis as condições, a gente tinha um comando, tinha uma operação, e isso está largado", acrescenta Cardoso.

"O ministro Lupi não está fazendo nada, por isso, a fila voltou a ficar grande. De 2016 em diante, essa fila foi controlada. Antes da pandemia a gente atendia em oito dias, em Brasília era em 24 horas. Com a pandemia, a coisa complicou, mas a gente conseguia manter a fila em 30 ou 40 dias" aponta Cardoso.

Segundo dados do próprio ministério, o tempo médio

de espera em alguns estados chega a quase 200 dias, ou seja, mais de seis meses. Tocantins é o campeão de espera dos segurados por uma perícia médica, chegando a 198,89 dias para agendar o atendimento. Já Roraima, com uma espera média de 13 dias, tem o menor prazo.

Mas os dados apresentados são médias, não os prazos máximos.

Como o Correio mostrou na edição de ontem, alguns segurados chegam a ficar mais de um ano na fila de atendimento, como no caso da cozinheira Rose Cler, 61 anos, moradora de Brasília, que aguarda há um ano e cinco meses, e do ferroviário Eliezer Andrade, que espera há mais de dois anos pela perícia para garantir a sua aposentadoria. Por trabalhar em condições de insalubridade, ele teria direito a ir para a inatividade após 25 anos de trabalho.

Problemas

A perícia médica é central para a concessão do auxílio por incapacidade, seja a temporária (o auxílio-doença) seja a permanente (aposentadoria por invalidez).

Esses benefícios são garantidos ao trabalhador quando ele é afastado das atividades em função de problemas de saúde.

Outro auxílio que depende de perícia para ser concedido é o Benefício Social de Prestação Continuada (BPC), voltado para cidadãos carentes que tenham mais de 65 anos ou que, em qualquer idade, sejam portadores de alguma deficiência de natureza física, mental, intelectual ou sensorial de longo prazo que impossibilite o trabalho.

Com a transferência, em 2019, dos médicos peritos do **INSS** para o Ministério da Previdência, segundo fontes que falaram reservadamente, a média diária de procedimentos de cada profissional diminuiu, ampliando a fila de espera. Outro fator apontado é que, com a mudança, o Instituto perdeu a gestão das equipes de médicos, agora "terceirizadas" ao ministério. A média de atendimentos chegou a 15 por dia, mas, após a mudança e com a pandemia, o número caiu para nove, apontam as fontes.

A informação é refutada pela Associação. "Essa informação está errada. Se dependesse do governo e do **INSS**, nós faríamos 30 perícias por dia, mas, no Brasil, ainda existem leis trabalhistas e o direito de

greve (...) Toda média é menor que a meta individual, porque você conta vários fatores: tem perda de agenda por falta, perda de agenda por sistema, mas a gente estava calculando a média entre 11 a 12 perícias por dia", afirma Francisco Cardoso.

Ele confirmou, no entanto, que "muito tempo atrás" a média era de 15 atendimentos, apontando como uma das razões para a queda de produtividade a constante instabilidade dos sistemas da Dataprev, que obriga o cancelamento de perícias agendadas.

Cardoso diz que os dados da Associação apontam que os médicos tiveram 2.310 agendas por dia em abril, totalizando a média de 10,1 perícias por servidor. Ele cobra, também, que 900 médicos peritos estariam sem agenda para o atendimento. Destes, segundo ele, 250 estariam em férias, 100 em cargos de gestão e 550 "sem nenhuma explicação para estar fora da agenda".

Outro motivo apontado para a demora seria a perda de agendamentos.

Segundo Cardoso, cerca de 20% deles são perdidos pela ausência do segurado ou por reagendamento.

De acordo com Adroaldo da Cunha Portal, secretário do Regime Geral de **Previdência Social** do Ministério da Previdência, o quadro de médicos peritos abrange 3.400 profissionais, dos quais 2.900 estão efetivamente em atuação, número que considera insuficiente.

"É o problema da má distribuição dos peritos pelo país. Eles trabalham, e trabalham muito.

O problema é que a demanda é muito alta, essa fila gigante é um passivo que se formou ao longo do tempo", alega Portal. Nas contas dele, os profissionais realizam, em média, 12 perícias por dia. Portal só vislumbra a possibilidade de resolver a fila com a edição de uma medida provisória - esperada para as próximas semanas - que deve liberar recursos para o pagamento de hora extra para os peritos trabalharem um turno a mais.

"Nossa meta com o trabalho extra de peritos, quando a medida provisória for editada, é aumentar de 400 mil para 600 mil as perícias médicas por mês" diz o secretário. Portal diz que, até o mutirão de horas extras, o esforço do Ministério tem sido evitar que a fila saia do controle. Apesar dos números do próprio ministério apontarem um crescimento da fila desde janeiro, ele garante que o novo governo recebeu esse mesmo número.

O secretário reconhece a existência de problemas nos

sistemas de informática fornecidos pela Dataprev, com interrupções frequentes, mas minimiza o impacto dessas falhas. "A Dataprev, pelas suas dificuldades, acaba derrubando o sistema com alguma frequência, mas em um universo de 400 mil perícias realizadas em março, apenas 16 mil delas foram canceladas por falhas de sistema. É um número grande, mas não é significativo para o tamanho da fila", afirma.

Convênios

Uma das estratégias do ministro Carlos Lupi para diminuir os prazos de atendimento da Previdência é a realização de convênios com outros órgãos do governo e a validação automática de atestados de médicos de profissionais do SUS, sem necessidade de perícia. Segundo Lupi, a medida deve facilitar a vida dos segurados que enfrentam, além das filas dos serviços de saúde para tratar suas enfermidades, precisam esperar pelo serviço de perícia médica.

As medidas, antecipadas pelo ministro em entrevista concedida ao Correio em abril, devem, no entanto, enfrentar forte resistência dos médicos peritos.

Segundo Francisco Cardoso, da ANMP, as medidas não devem ter o aval do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, já que podem levar a uma ampliação das fraudes no sistema. "Se o Lupi quiser ir por esse caminho, tudo bem, a gente vai até ajudar a divulgar, vamos até publicar anúncios na mídia, para avisar o Brasil todo que pode pegar o atestado do SUS para conseguir o benefício. Não vai durar 30 dias", ironiza Cardoso.

Site:

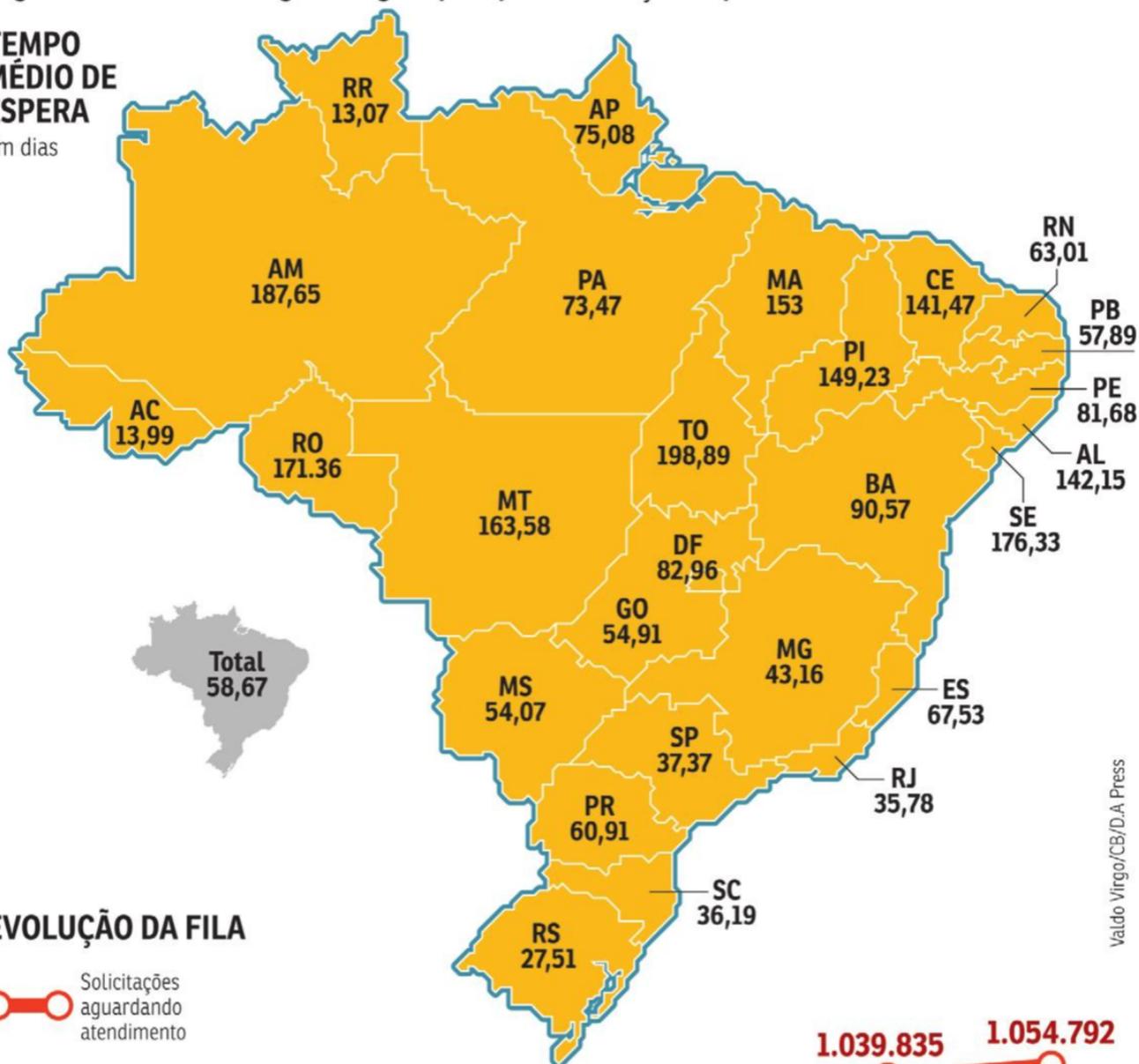
<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/05/25/all.pdf>

Demora sem fim

Segurados do INSS amargam longa espera para realização de perícia médica

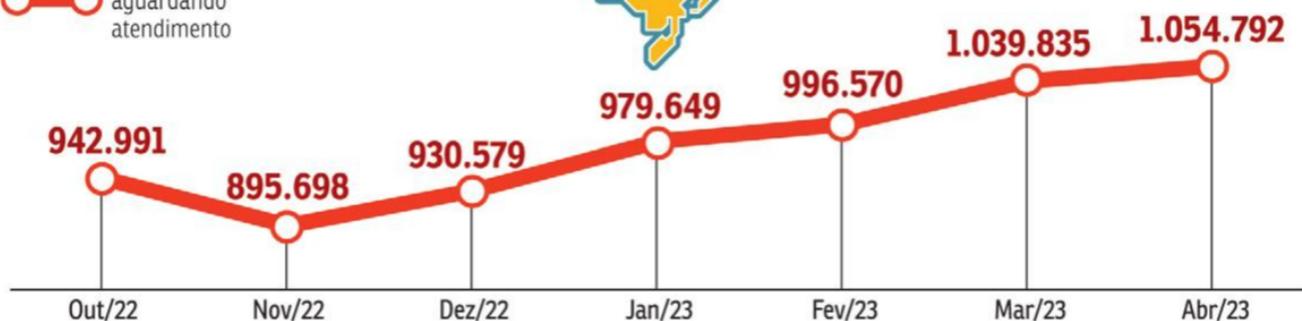
TEMPO MÉDIO DE ESPERA

Em dias



EVOLUÇÃO DA FILA

Solicitações aguardando atendimento



Fonte: Ministério da Previdência

Valdo Virgo/CB/D.A. Press

Contribuições pagas ao INSS podem ser deduzidas no IR

Fernando Narazaki

IR 2023

O contribuinte obrigado a declarar o Imposto de Renda 2023 pode deduzir as contribuições pagas ao **INSS** (Instituto Nacional de Seguro Social) em 2022.

Para isso, é necessário que ele tenha pelo menos uma fonte de rendimento tributável, independentemente de o responsável pelo pagamento ser uma empresa ou uma pessoa física.

São exemplos de rendimentos tributáveis o salário, as remunerações recebidas de pessoas físicas por serviços prestados e o recebimento de aluguel.

"A dedução depende de um rendimento tributável, pois sem ele não há de onde deduzir o valor", diz Riehard Domingos, diretor-executivo da Confirp Contabilidade.

Quem recebe de pessoa jurídica deve seguir o informe de rendimentos enviado pela empresa. O pagamento para a Previdência já é retido pela fonte pagadora. Ele é colocado em "Rendimentos Tributáveis Recebidos de Pessoa Jurídica" no campo "Contribuição previdenciária oficial".

Caso o contribuinte tenha optado pela declaração pré-preenchida, é preciso pedir o informe de rendimentos para a empresa para conferir os dados. Segundo a Receita, a divergência no valor de retenção do imposto na fonte é o terceiro item que mais levou as declarações para a malha fina no ano passado.

Se o pagamento foi feito pela própria pessoa física, o preenchimento é feito em "Rendimentos Recebidos de Pessoa Física/Exterior". Informe o número do NIT/PIS/Pasep, clique em Outras informações e inclua o valor pago mês a mês no campo Previdência Oficial.

Para quem recebe aposentadoria do **INSS**, é preciso seguir o informe de rendimentos, disponível no Meu **INSS**.

Tire suas dúvidas sobre o IR 2023

Como antecipar a restituição nos bancos?

Posso saber em que lote de restituição vou receber?

O que fazer com erros da declaração pré-preenchida?

Como declarar ações?

Como informar salário e aposentadoria no IR?

folha.com/impostoderenda

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50287&anchor=6477800&maxTouch=0&_ga=2.94747226.717745510.1684724620-1980247189.1672582619&_mather=757bf67604fe4aa8&pd=f71b48a04bcc7b058b2ee195b2d54c8c

Provisão de crédito nos fundos de pensão (Artigo)

Opinião Jurídica

Fábio L. V. Berbel

Os planos de previdência privada são geridos pelas entidades fechadas de **previdência complementar** (EFPC), também conhecidas como fundos de pensão. As EFPC são reguladas pela Superintendência Nacional de **Previdência Complementar** (Previc). O artigo 19 da Resolução Previc nº 18/22 gradua o risco de crédito dos investimentos dos planos fechados em nove níveis. O primeiro (AA) é conferido aos ativos financeiros com nenhuma chance de perda, e o último (H) com 100% de chance de perda.

Essa classificação, apesar de subjetiva, é pautada por critérios específicos e conjunturais arrolados no parágrafo 2º do artigo 19 dessa resolução. A subjetividade, sem embargo, é substituída pela objetividade quando há a inadimplência do devedor do crédito. Nesse contexto, a probabilidade de perda é inevitável, apesar de os critérios subjetivos indicarem outra conclusão, na forma do artigo 20 da Resolução Previc nº 18/22.

O ativo financeiro outrora classificado como AA é automaticamente reclassificado para A se o atraso for superior à 15 dias e inferior à 30 dias. Se essa inadimplência persistir por um ano, o crédito é reclassificado para H, presumindo sua perda

integral. Essa metodologia é uma cópia da Resolução Bacen nº 2.682/99, que se dedica a regular os critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa das instituições financeiras.

Sucedem que, apesar de eventualmente equiparados, os planos de previdência fechados, as EFPC e as instituições financeiras são fenômenos jurídicos e sociais completamente diferentes.

O patrimônio líquido da instituição financeira define, entre outros, sua alavancagem. Quanto maior for o patrimônio dessa instituição, observadas as regras do acordo de Basileia, maior seria sua capacidade nominal de emprestar (atividade bancária típica). O plano de previdência privada, pelo contrário, não alavanca sobre o capital social. As operações de empréstimos limitam-se a esse capital, não podendo

excedê-lo em absolutamente nenhuma situação. Além desse cap, o Conselho Monetário Nacional (CMN) define outro, cujo parâmetro máximo é o patrimônio do plano.

O conservadorismo na classificação dos riscos dos ativos financeiros das instituições financeiras é justificável e aumenta a liquidez e confiança do sistema financeiro nacional.

Como o plano de previdência privada não alavanca a partir do seu patrimônio, contudo, a única finalidade da Resolução Previc nº 18/22 (cópia da Resolução Bacen nº 2.682/99) é definir contextualmente o capital social do plano, definindo, outrossim, a reserva matemática (cota ou copropriedade) de cada participante.

Ao reconhecer a perda, a EFPC reduz o capital social do plano, reduzindo, por via direta, o patrimônio dos participantes. Além de justificar eventual subscrição extraordinária desnecessária (artigo 21 da Lei Complementar nº 109/01), a reclassificação do grau de risco do ativo pode gerar transferência de riqueza entre os participantes e enriquecimento ilícito de outrem.

Por um, os planos de previdência privada, sobretudo os de benefício definido, pressupõem o perfeito equilíbrio entre capital social e obrigações presentes e vindas. O desequilíbrio impõe equacionamento (artigos 20 e 21 da Lei Complementar nº 109/01), seja para aumentar a subscrição, seja para reduzir a proteção.

O reconhecimento da perda pode desequilibrar o plano, justificando a capitalização extraordinária. No entanto, se esse reconhecimento foi equivocado, a medida seria desnecessária,

prejudicando não apenas o participante que integralizou extraordinariamente, como também o próprio plano, que deveria distribuir o excesso entre seus co-proprietários.

Por dois, o plano de previdência fechado admite o resgate (inciso III do artigo 14 da Lei Complementar nº 109/01). Desde que rescindido o contrato de trabalho com o patrocinador, o participante pode rescindir sua adesão, liquidando sua cota do capital social do plano.

Imaginemos que, no momento do resgate, a EFPC reconheceu a perda integral de determinado ativo, a despeito dele estar integralmente garantido, porque, afinal, o devedor estava há um ano inadimplente. Imaginemos, outrossim, que após esse resgate a EFPC, enquanto gestora do plano, recupere os recursos investidos nesse ativo, adjudicando e depois alienando a garantia. A cota parte desse participante do ativo cuja perda havia sido reconhecida quando do resgate será transferida a outro participante.

Para apimentar a conjectura, imaginemos um plano que está fechado para novas adesões e possui inúmeros ativos financeiros inadimplidos. Imaginemos, também, que esses ativos somente serão recuperados pela EFPC quando restarem poucos participantes,

seja porque os demais resgataram ou faleceram. Todos esses ativos seriam cedidos aos participantes remanescentes, transferindo-se, novamente, patrimônio daqueles que resgataram ou faleceram para esses.

Ou seja, o efeito do reconhecimento da perda de um ativo financeiro para um plano de previdência privada fechado transcende a simples definição objetiva do seu patrimônio real, atingindo a co-propriedade de cada participante, e transferência injusta de riqueza entre eles.

Esse contexto nãojustifica a inexistência de regra acerca do grau de risco de perda dos ativos financeiros, quiçá que os ativos sejam reconhecidos independentemente da inadimplência. No entanto, não faz sentido que a Previc equipare, para fins regulatórios, os planos previdenciários às instituições financeiras.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20230524/>

Precatórios não são dívida pública (quase sempre) (Artigo)



Maílson da Nóbrega foi ministro da Fazenda. É sócio da Tendências Consultoria.

Economistas e juristas de renome e respeito, que muito admiro, têm defendido que precatórios constituem dívida pública. Como tal, deveriam compor as estatísticas do endividamento governamental divulgadas pelo Banco Central. Discordo.

Precatórios tornam-se dívida apenas quando os devedores - União, Estados ou municípios - ignoram que eles são direitos líquidos e certos reconhecidos pelo Judiciário, o que os levam a decidir, unilateralmente, o adiamento total ou parcial das obrigações.

Foram os casos das emendas constitucionais 113 e 114, arquitetadas pelo então ministro da Economia, Paulo Guedes, que tratou os precatórios como ativos de segunda categoria, embora sejam equivalentes à dívida pública federal. O devedor é o mesmo, o Tesouro Nacional.

Parece útil explicar como se originam essas obrigações. Precatórios nascem de erros das três esferas de governo. Um exemplo é a desapropriação de bens por interesse social, como na abertura de uma estrada considerada essencial ao desenvolvimento.

Outro exemplo é o cálculo do valor de aposentadorias de **servidores públicos**. Em ambos os casos, pode

haver equívoco, o que leva as partes prejudicadas a requerer em juízo o direito ao valor justo nas estimativas realizadas nos respectivos processos administrativos.

Quando demandas desse tipo são reconhecidas, determina-se que o governo indenize os autores das ações pela diferença entre o pagamento inicial e o decidido pelos tribunais. O pagamento passa então a depender, em primeiro lugar, da emissão dos precatórios, os quais atestam o direito à diferença a que têm direito os autores das ações judiciais. Em segundo lugar, considerando os procedimentos normais do processo orçamentário, o pagamento será feito após a inclusão do seu valor no orçamento público, geralmente no exercício fiscal subsequente.

Trata-se inequivocamente, portanto, de gasto primário do setor público. O governo realiza uma despesa primária quando faz o primeiro pagamento, em valor inferior ao reconhecido posteriormente pelo Judiciário.

Ora, o complemento tem a mesma natureza, sendo também despesa, não uma dívida pública. Tal classificação somente se justifica quando há o calote, como nas citadas emendas constitucionais, as quais estabeleceram um valor máximo inicial e o escalonamento compulsório da parcela restante.

O governo ficou devendo a parte remanescente, assumindo, agora sim, uma dívida.

Dívida pública costuma ser caracterizada pela emissão de títulos do Tesouro com o objetivo de obter recursos destinados a financiar programas e responsabilidades do governo. Também assim se classificam as operações de empréstimos obtidos por entes públicos em instituições financeiras públicas ou privadas, nacionais ou multilaterais como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Precatórios emitidos após sentenças judiciais não têm qualquer dessas características.

Outro equívoco cometido pelos que defendem a classificação de precatórios como dívida é propor que sua liquidação seja feita de forma exatamente igual à do resgate das dívidas verdadeiras, como ocorre no pagamento da dívida pública mobiliária da União.

Se fosse assim, estaríamos diante de uma contabilidade criativa: a quitação dos precatórios ocorreria sem trânsito pelo orçamento público. Estariam feridos dois princípios consagrados das finanças públicas, a saber, 1- a prévia autorização legislativa para realizar uma despesa, mediante sua inscrição na peça orçamentária anual; 2- registro na contabilidade pública como despesa, observando-se a transparência que deve prevalecer nesses procedimentos.

Existe mais outro equívoco, qual seja a classificação, como despesa financeira (dívida), do valor da correção monetária e dos juros que incidem desde o pagamento inicial da despesa até sua quitação final pelo valor estabelecido pelo Judiciário. Ora, não há como dissociar tal acréscimo de sua característica original.

Trata-se de mera atualização monetária dos respectivos valores e do pagamento de encargos financeiros pelo menos equivalentes aos juros da dívida pública e destinados a cobrir os correspondentes custos de oportunidade.

Na verdade, todo esse imbróglio deriva da percepção, por parte do setor público, de que precatórios podem, como assinalado, ser considerados obrigações de segunda categoria. Os detentores desse direito passam então a ser considerados um universo à parte, sujeitos ao esbulho praticado pelo Executivo e pelo Legislativo. O ministro Paulo Guedes chegou ao absurdo de dizer que os precatórios eram meteoros que atingiriam as finanças federais. Esse foi outro de seus erros, pois meteoros, como bem assinalou o ex-ministro da Fazenda Henrique Meirelles, podem ter sua trajetória prevista pelos especialistas, incluindo o local preciso em que cairão. Precatórios constituem um risco fiscal conhecido com antecedência, pois sua tramitação é acompanhada de perto pela Advocacia-Geral da Presidência da República.

O tamanho do valor dos precatórios não pode ser motivo para adiar compulsoriamente o seu pagamento. A atitude pode ser considerada como imprevisível e irresponsável pelos que investem em títulos públicos. Assim, a dívida mobiliária da União, interna e externa, poderia ser a próxima vítima. O impacto orçamentário dos precatórios é exatamente o mesmo do resgate da dívida pública, com uma única diferença: os primeiros constituem despesa pública, enquanto a segunda se classifica como gasto financeiro.

Não por acaso, o Supremo Tribunal Federal, em dois julgamentos, inquiriu de inconstitucional o calote em precatórios decorrentes de duas emendas constitucionais de propósito exatamente igual ao das mencionadas neste texto. A melhor solução para o problema criado pelo governo Bolsonaro não é optar

por ginástica que possibilite uma reclassificação dos precatórios. É revogar essas infelizes emendas ou ver sua inconstitucionalidade decidida pelo STF.

Maílson da Nóbrega foi ministro da Fazenda. É sócio da Tendências Consultoria.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187557>

Governadores apreensivos



Chefes dos executivos estaduais reunidos em Brasília: a maioria apoia a iniciativa, mas cobra detalhes da proposta para melhor avaliação

VICTOR CORREIA

Embora concordem com a necessidade da **reforma tributária**, os governadores mostram preocupação com a falta de definição de um texto inicial e com o curto prazo para apreciação da matéria, já que o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), quer votar a proposta ainda no primeiro semestre. Os representantes do Centro-Oeste, além disso, acenderam o alerta para uma queda na arrecadação.

A reforma entrou no horizonte próximo do Legislativo após a aprovação do novo marco fiscal na Câmara, na última terça-feira.

Para discutir o tema, os governadores se reuniram, ontem, em Brasília, num encontro capitaneado pelo líder do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB). Estiveram presentes 24 governadores - outros três mandaram representantes.

Também compareceram o secretário especial da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, o relator da matéria na Câmara, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-BA), e o presidente do GT da reforma, Reginaldo Lopes (PT-MG).

"Todos os governadores apoiam a reforma, mas querem ver o texto, que ainda não foi elaborado.

Então, todos estão muito inseguros. Mas há um ambiente para que a gente possa ter apoio majoritário para a reforma", afirmou o governador do Espírito Santo, Renato Casagrande (PSB).

Os parlamentares disseram que uma minuta inicial deve ser apresentada no começo de junho.

Entre as preocupações dos governadores estão o financiamento do Fundo de Desenvolvimento Regional, mecanismos de compensação para estados

menores, e o desenho das alíquotas. Também é preciso definir o modelo do Imposto de Valor Agregado (IVA), se vai ser simples ou dual.

Outro ponto sensível é a manutenção da Zona Franca de Manaus.

O governador do Amazonas, Wilson Lima (União), lembrou que o governo prometeu que nada muda, mas ressaltou que ainda precisa ser apresentado o mecanismo que permitirá a manutenção da Zona Franca.

Eduardo Leite (PSDB), do Rio Grande do Sul, destacou que o histórico da relação entre a União e os estados não é bom, com repasses de gastos e perdas de arrecadação.

Como outros governadores, ele teme uma votação apressada no Legislativo. "Estamos na expectativa de ter a oportunidade de trabalhar o texto, para evitar algo que pode ir contra o interesse dos estados", frisou.

Centro-Oeste

O Centro-Oeste foi a região mais vocal contra a proposta.

Os três estados avaliam que podem ter uma grande perda de arrecadação com a unificação de **impostos**, especialmente o ICMS, principal fonte de receita estadual. Segundo Mauro Mendes (União), do Mato Grosso, dados divulgados por Bernard Appy mostram que, nos próximos 20 a 40 anos, cinco estados serão "super ganhadores" com a reforma, e cinco "grandes perdedores" - incluindo o três da região.

Para Mendes, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás representam parcela considerável das exportações, especialmente do agronegócio, e precisam de investimentos em infraestrutura e logística. "O Centro-Oeste vai ter que debater com muita clareza, e encontrar soluções junto ao Congresso Nacional", frisou.

Ele disse, porém, que concorda "em conceito" com a reforma, em temas como a simplificação de **tributos**.

O governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União), criticou pesadamente a proposta. Segundo ele, os chefes dos estados não podem ser apenas "ordenadores de despesas", distribuindo recursos recebidos da União, e frisou que o governo não pode

"dissolver a Federação" em prol da reforma.

"Demonizar o ICMS não resolve o problema do Brasil", afirmou Caiado. Segundo ele, enquanto não houver um detalhamento maior e medidas para compensar a perda de arrecadação nos estados, Goiás é contra a reforma.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/05/25/all.pdf>

Acordo com Lira foi salvaguarda, mas placar não reflete base de Lula

Thiago Resende

ANÁLISE

Thiago Resende

Desde janeiro de 2019, trabalha na Sucursal de Brasília. Escreve sobre política e economia.

É formado em Jornalismo pela UnB (Universidade de Brasília).

Não havia forte resistência ao projeto do arcabouço fiscal quando o texto foi apresentado. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), indicava por uma votação rápida, enquanto líderes do centrão pediam ajustes pontuais e mencionavam elogios do mercado financeiro ao trabalho de Fernando Haddad (Fazenda).

O jogo político, então, passou a ter maior peso na definição do caminho da proposta. O risco era o centrão querer usar essa votação para dar mais um recado ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) da insatisfação com o ritmo de liberação de cargos e emendas.

Eis que Lira funcionou como uma salvaguarda para o governo. O presidente da Câmara pediu a aliados -que representam a maioria dos votos- para poupar o arcabouço fiscal de questões políticas e dar ao mercado os ramos para as contas públicas do país.

Para aprovar o projeto, Lula fez então correções na articulação, mas precisou gastar pouco. Liberou, até agora, menos emendas do que em anos anteriores. E não foi necessário se envolver diretamente nas negociações.

A aliança com Lira para o novo marco fiscal, que começou ainda na transição de governo, deu a segurança necessária ao Planalto na votação.

O placar de 372 votos a 108, anunciado na noite de terça-feira (23), foi comemorado pelo governo Lula, mas não reflete a força política do presidente dentro do plenário. O resultado expõe, mais uma vez, um alinhamento do Congresso a pautas do mercado financeiro, e, portanto, não necessariamente a Lula.

A fatura da Câmara ao Planalto ainda vai chegar e,

provavelmente, com uma cobrança adicional.

O núcleo duro da base política de Lula rachou. Pressionados pelo presidente, petistas deram apoio à proposta -porém alguns votaram ressentidos. O PSOL e a Rede, que têm ministérios, foram contrários ao texto.

Poucas semanas antes da votação, Lira fez chegar ao Planalto a mensagem de que a tarefa do governo era controlar os ataques da esquerda ao projeto e que, assim, os votos na Câmara para aprovação do texto estariam garantidos.

A operação do governo conseguiu amarrar todos os votos do PT -mas não impediu críticas de integrantes da bancada à medida fiscal.

A votação mostrou ainda que a esquerda tem fôlego limitado.

O arcabouço seria aprovado por mais de 300 votos mesmo se os 23 deputados do PT que assinaram o documento contra o projeto e toda a bancada mais próxima de Lula (Avante, PCdoB, PDT, PSB e PV) adotassem a mesma postura que o PSOL e a Rede -de rejeição ao texto.

A proposta das regras fiscais foi relatada por um aliado de Lira, o deputado Cláudio Cajado (PP-BA).

O saldo significativo da aprovação foi atingido com apoio do PP (39 votos), Republicanos (34 votos) e de parte do PL (30 votos), partido do ex-presidente Jair Bolsonaro.

A articulação política do Planalto flerta, desde o fim do ano passado, com alas desses partidos, que estavam aliados ao governo anterior e cujos votos podem migrar para Lula a depender da negociação.

No MDB, no PSD e na União Brasil, que ganharam ministérios na Esplanada de Lula, foram poucas dissidências.

Líderes do centrão já previam amplo apoio dessas bancadas ao governo quando houver votações econômicas, principalmente naquelas com direcionamento mais liberal na economia.

Apesar de terem perfil mais próximo aos interesses do mercado, parlamentares influentes do Congresso foram responsáveis por conduzir, nos últimos anos, uma série de dribles ao teto de gastos.

A principal âncora fiscal do país passou a ser vista por congressistas como um entrave a investimentos e manutenção do elevado patamar das emendas parlamentares.

Lira, que foi reeleito ao comando da Câmara com apoio de Lula, também tem dito que, a depender da proposta na área econômica, deverá trabalhar com o governo. A **reforma tributária** será, nos próximos meses, o novo item dessa pauta.

Mas, de imediato, o jogo é outro. Com a aprovação do arcabouço na Câmara, os desafios do Planalto estão agora no campo político, com CPIs abertas e pressão sobre ministros. E exigirá novos ajustes na articulação política.

O presidente da Câmara e o centrão querem o dinheiro das emendas, que estão travadas. A verba irriga os redutos eleitorais de deputados com obras e projetos e eles ganham peso político de olho na eleição municipal do próximo ano.

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50287&anchor=6477800&maxTouch=0&_ga=2.94747226.717745510.1684724620-1980247189.1672582619&_mather=757bf67604fe4aa8&pd=f71b48a04bcc7b058b2ee195b2d54c8c

Os sinais enviados pelo Congresso a Lula (Editorial)

A Câmara dos Deputados aprovou, com folga, o projeto que cria o novo arcabouço fiscal. Com 372 votos a favor e 108 contra, bem mais que os 257 necessários, o governo de Lula da Silva pode finalmente comemorar uma vitória de peso no Legislativo.

A proposta ainda precisa do aval do Senado, mas o ambiente da Casa tem sido mais favorável ao Executivo. Para preservar essa inegável conquista, no entanto, é essencial que o governo saiba interpretar os sinais que o Congresso lhe tem enviado.

Foi bastante simbólico que o texto-base do arcabouço fiscal tenha sido aprovado na noite de terça-feira, 23 de maio, dia em que, mais cedo, se reuniram para um almoço, na residência oficial do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL); o ministro da Fazenda, Fernando Haddad; o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto; e empresários com grande influência nos rumos da economia brasileira.

Além de expor a trégua entre Pacheco e Lira, rompidos desde o imbróglio a respeito da tramitação de medidas provisórias nas duas Casas, o evento selou um pacto de lideranças a favor da agenda econômica no Congresso. Como mostrou o Estadão, a presença de representantes de algumas das maiores empresas dos segmentos industrial, financeiro e varejista legitimou, também, a figura do ministro Fernando Haddad como o interlocutor do governo junto ao Legislativo e ao setor produtivo - e a expressiva votação que os deputados deram a favor do arcabouço fiscal também reflete esse entendimento.

Isso, no entanto, em nada se confunde com a construção de uma base de sustentação verdadeiramente sólida no Congresso. Os ajustes que os parlamentares fizeram ao texto impuseram novos limites aos gastos, reduziram exceções a serem contabilizadas nas despesas, resgataram o contingenciamento obrigatório, criaram gatilhos e retomaram sanções, à revelia do que desejava o Executivo.

A boa notícia, para o governo, é que pôde contar com o apoio da maior parte do Centrão - o que inclui cerca de 30% da bancada do PL, partido do ex-presidente

Jair Bolsonaro. A má notícia é que legendas de esquerda e com pastas na Esplanada dos Ministérios, como o PSOL e a Rede, rejeitaram o projeto - e um terço da bancada petista votou a favor da proposta a muito contragosto, apenas por lealdade ao presidente Lula.

Há um mês, em entrevista ao Valor, o vice-presidente da Câmara e presidente nacional do Republicanos, Marcos Pereira (SP), classificou a base de sustentação do governo como "gelatinosa".

Em vez de procurar culpados pelas evidentes omissões na articulação política entre os ministros, Pereira acertadamente atribuiu a responsabilidade por essas falhas ao "maestro Lula".

Disse, apesar disso, que seu partido votaria a favor das pautas com as quais concordasse, o que se confirmou na apreciação do arcabouço fiscal - dos 39 deputados que registraram voto, apenas 5 se opuseram ao texto.

O governo, entretanto, deve assimilar o fato de que não terá vida fácil no Legislativo. Na terça-feira, após o almoço e antes da aprovação da proposta, Lira e Pacheco traçaram os limites do Congresso. Deixaram claro que não aceitarão rever o entendimento de temas sobre os quais os parlamentares se debruçaram há pouco tempo, como o Marco do Saneamento, a autonomia do Banco Central e a privatização da Eletrobras, mas sinalizaram apoio ao que veem como avanços na agenda econômica, caso do arcabouço fiscal e da **reforma tributária**, temas que contam com simpatia da maioria dos congressistas.

A paralisia na tramitação das medidas provisórias, as mudanças no parecer do texto que reestrutura a Esplanada dos Ministérios, o adiamento da votação do Projeto de Lei das Fake News, as numerosas Comissões Parlamentares de Inquérito abertas e a quantidade de audiências públicas para ouvir ministros expõem o outro lado dessa mesma moeda. Indicam, portanto, que o governo será mais bem-sucedido se for mais modesto em suas relações com o Legislativo e em suas pretensões políticas.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Voto no arcabouço teve base rebelde e oposição fiel

NATÁLIA SANTOS SÃO PAULO VERA ROSA BRASÍLIA

A votação da nova regra de controle das contas públicas, na noite de terça-feira, revela a realidade de um governo com dificuldades de se entender no Congresso. O texto-base do relatório apresentado pelo deputado Claudio Cajado (PP-BA) foi aprovado com folga na Câmara dos Deputados (372 votos favoráveis, 108 contrários e uma abstenção), mas parte da base aliada foi contrária ao projeto.

Os parlamentares da federação PSOL/Rede, parte da bancada situacionista, votaram em bloco contra o arcabouço fiscal. No PL, principal partido da oposição, 31 dos 99 deputados foram favoráveis ao projeto.

Por ser um projeto de lei complementar, o arcabouço precisava de 257 votos favoráveis (maioria absoluta) para ser aprovado.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, comemorou o resultado. "O placar foi expressivo", disse. "A Câmara dos deputados deu uma demonstração de que busca um entendimento para ajudar o Brasil a recuperar as taxas de crescimento mais expressivas. Isso também nos dá muita confiança de que a **reforma tributária** é a próxima tarefa a cumprir." Segundo ele, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) deixou muito claro que pretende votar a tributária na Câmara no primeiro semestre, portanto antes do recesso." Como mostrou o Estadão, aliados do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no Congresso trabalham para usar a votação do arcabouço como uma amostra de que o governo é capaz de aprovar ainda neste ano a **reforma tributária** - que precisa de pelo menos 308 votos favoráveis em dois turnos de votação. A ideia é reverter a imagem de base fraca deixada pela derrota na Câmara com os decretos do saneamento.

Mesmo assim, o próprio PT, apesar de votar a favor, rachou.

Dos 68 deputados petistas (que compõem uma federação com PC do B e PV, somando 81 parlamentares), praticamente um terço da bancada do PT alegou ter votado a favor apenas por "lealdade ao presidente Lula".

Os divergentes - 22 parlamentares do PT mais

Orlando Silva (PC do B-SP), relator do projeto de lei das Fake News - apresentaram uma declaração de voto em separado explicitando seu ponto de vista. O documento diz que o relatório de Cajado "agravou sobremaneira as normas de contração dos gastos públicos, limitando fortemente a capacidade do Estado de fazer justiça social e comandar um novo ciclo de desenvolvimento".

O texto foi a forma encontrada por petistas relevantes na estrutura da sigla, como o presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Rui Falcão (SP), para explicitar suas restrições ao projeto depois que o presidente Lula enquadrou seu partido e avisou que não admitiria dissidências na votação.

Os signatários da declaração afirmam, ainda, que, embora fiquem fora das regras de contingenciamento, o salário mínimo e o Bolsa Família "podem sofrer limitações nos anos seguintes a um exercício no qual o resultado fiscal fique abaixo da banda".

A federação PSOL/Rede orientou seus integrantes a votar contra a proposta. Com isso, os 13 deputados do PSOL e Túlio Gadêlha, único membro da Rede na Câmara, rejeitaram o texto. Ambos têm ministérios no governo - Marina Silva (Meio Ambiente e Mudança Climática) é da Rede, e Sonia Guajajara (Povos Originários) faz parte dos quadros do PSOL. Para o PSOL, o arcabouço fiscal pode prejudicar os investimentos na áreas de saúde e educação. "O Brasil precisa de investimento em áreas sociais, rejeitando a lógica neoliberal.

Não aceitamos punir saúde, educação e o serviço público em nome de um ajuste fiscal", disse Sâmia Bomfim (PSOL- SP). A sigla também havia votado contra o pedido de urgência na tramitação da proposta, na semana passada.

No PL, um em cada três parlamentares votou a favor do projeto que substitui o teto de gastos atualmente vigente para o governo federal. O resultado gerou reações de perfis bolsonaristas nas redes sociais.

Balanço

30 foi o número de votos dados pelo PL ao projeto do arcabouço fiscal.

66 parlamentares do PT votaram pelo projeto. Nenhum foi contrário.

22 deputados do PT assinaram uma declaração expondo que apoiaram o projeto por fidelidade a Lula.

Notícias Relacionadas:

PORTAL TERRA

Voto no arcabouço teve base rebelde e oposição fiel

PORTAL UOL

Voto no arcabouço teve base rebelde e oposição fiel

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Vitória de Haddad e erro do governo - MÍRIAM LEITÃO

MÍRIAM LEITÃO

Foi vitória do ministro Fernando Haddad a aprovação do novo regime fiscal sustentável na Câmara com 372 votos. Haddad fez costura lenta e bem cerzida da parte que lhe cabe nessa grande confusão que ainda não se acertou, que é a base parlamentar. Mas o governo está em apuros, por não saber para onde quer ir. Ontem, a comissão mista aprovou, com votos dos petistas, a demolição de dois ministérios, o do Meio Ambiente e o dos Povos Indígenas. Uma das poucas a lutar pelo projeto governista foi a deputada Célia Xakriabá, do PSOL de Minas. Petistas ajudaram a cravar essa estaca no projeto ambiental e indígena do governo.

Haddad manteve contatos com parlamentares de todas as tendências, acompanhou o relator, neutralizou o fogo amigo, e fez aliança direta com os presidentes das duas casas. Quando Haddad foi indicado a perspectiva era de um rombo de R\$ 230 bilhões.

Ele prometeu reduzi-lo abaixo de R\$ 100 bilhões este ano. Ainda não está garantido, mas hoje já tem a aprovação na Câmara de um limite para as despesas. O ministro se movimenta entre dois fogos. De um lado, a direita, amplificada no mercado financeiro, diz que o arcabouço é frouxo. De outro, a esquerda gostaria de não ter limite algum.

O governo também ganhou nos destaques do arcabouço, mas ontem foi dia de derrota na proposta de organização da administração.

Nas palavras de Célia Xakriabá, a comissão mista, ao aprovar o relatório do deputado Isnaldo Bulhões, estava tirando cérebro e coração de dois órgãos conduzidos por mulheres, Sonia Guajajara e Marina Silva. O Ministério dos Povos Indígenas não pode ficar sem o poder de demarcar terras indígenas. O Cadastro Ambiental Rural é instrumento para o Ministério do Meio Ambiente combater o roubo de terra pública, a bagunça fundiária, e o desmatamento. O CAR é estrangeiro ao Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos. Essa derrota do governo foi imposta pelos próprios petistas e pela base governista.

No almoço que houve na terça-feira, o senador Rodrigo Pacheco falou em começar a discutir o

arcabouço na semana que vem e terminar antes do recesso. O deputado Arthur Lira disse que quer votar a **reforma tributária** também antes do recesso no dia 13 de julho. Serão portanto 45 dias de intensos trabalhos. Os dois reafirmaram o apoio à Fazenda, mas disseram que isso é diferente de apoio ao governo.

Aliás, neste almoço de terça, de Haddad, Lira, Pacheco e empresários, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, ouviu muitas queixas. Foi poupado apenas pelo banqueiro André Esteves e o presidente da Febraban, Isaac Sidney. Empresários ligados ao atual e ao antigo governo criticavam Campos Neto com a mesma intensidade.

Na conjuntura, há melhoras. A previsão do Focus para a **inflação** do ano teve uma queda na última pesquisa para 5,8%. O primeiro trimestre foi de forte crescimento do **PIB**, como ficará comprovado daqui a uma semana quando o IBGE divulgar o número. O dólar voltou ontem a ficar abaixo de R\$ 5. Na economia há avanços, com o arcabouço, e melhora nos indicadores.

O governo, contudo, está enfrentando muito mal uma crise decisiva. O Ministério do Meio Ambiente está perdendo várias das suas atribuições por vingança, porque o Ibama negou licença para a Petrobras perfurar a costa da Amazônia.

Em 2018, o Ibama, no governo **Temer**, negou a licença para cinco blocos da empresa Total, muito próximos a esse bloco 59. Perguntei a técnicos daquela primeira negativa quais foram os motivos. Eles são parecidos com os atuais.

Disseram que negaram porque é uma região complexa, o grupo não mostrou que o empreendimento é tecnicamente viável, nem capacidade de mitigar os riscos ou de gerenciar acidentes. Além disso, a biodiversidade local é pouco estudada. O termo "pesquisa" que está sendo usado pelos defensores do projeto não é correto. O termo é perfuração.

Um dos principais projetos internacionais do Ministério da Fazenda é concluir o acordo Mercosul-União Europeia. Com o governo anterior era impossível, por falta de uma política ambiental decente. Agora, a

janela se abriu. Mas, se o sistema de meio ambiente não tiver governança, o projeto não vai andar.

O risco que o governo corre ao se deslumbrar com o lobby da energia fóssil é não perceber qual é a natureza desse mandato. Ele veio para proteger o meio ambiente e fortalecer os povos indígenas. Não pode trair essa agenda sob risco de perder o rumo.

Notícias Relacionadas:

CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA
Vitória de Haddad e erro do governo

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Marco é positivo, mas gasto maior em 2024 desagrada

JOÃO SORIMA NETO E CÁSSIA ALMEIDA
economia@oglobo.com.br SÃO PAULO E RIO -

O novo arcabouço para controle das contas públicas, aprovado anteontem na Câmara, impede o descontrole fiscal, acalma o mercado financeiro e estabelece regras para cumprir as metas de resultado primário, mas essas regras são complexas, o que enrijecem ainda mais o Orçamento, dizem especialistas. Segundo cálculo da economista Vilma Pinto, diretora do Instituto Fiscal Independente (IFI), a parcela das despesas obrigatórias sobe de 90,5% para 93,3% com a fixação de um piso para os investimentos, despesa que antes não era obrigatória: -Esse é um dos pontos que venho destacando desde o projeto original do Executivo.

O FMI (Fundo Monetário Internacional) defende piso para proteger os investimentos. Tudo bem, mas nosso Orçamento é extremamente rígido e estamos criando mais um piso.

Ela calcula que o gasto vai crescer R\$ 42,2 bilhões em 2025 e ainda faz as contas para o valor de 2024. A complexidade da regra para expansão de despesas em 2024 é criticada por Vilma e pelo pesquisador da FGV Fabio Giambiagi, que diz que o texto "foi escrito em javanês" e é pouco transparente.

O ex-presidente do BNDES Luiz Carlos Mendonça de Barros avalia que o arcabouço será capaz de aliviar as tensões do mercado, e Alessandra Ribeiro, sócia da consultoria Tendências, considera o projeto suficiente para impedir o descontrole fiscal. Mas a economista Zeina Latif alerta que a política fiscal é muito dependente do aumento de receitas.

-

Regra impõe limites

"Traz estabilidade macroeconômica ao reduzir risco de descontrole fiscal"

"O texto aponta para expansão dos gastos. É uma regra que permite aumento de gastos em termos reais (acima da **inflação**). O ponto positivo é que a regra trouxe os limites de 0,6% e 2,5% para o crescimento das despesas, atrelados ao crescimento das receitas. Isso ajuda a reduzir os riscos de sustentabilidade das

contas públicas. O crescimento médio real das despesas antes do teto de gastos (correção somente pela **inflação** instituído em 2015) era de 6% em termos reais. Ter um limite de 2,5% é bastante positivo.

Mas, quando pensamos nas metas de resultado primário (receita menos despesa antes do pagamento dos juros da dívida pública) apresentadas pelo governo, a avaliação é que elas são difíceis de serem perseguidas.

Para conseguir cumpri-las, o país vai depender de um aumento de receitas importante.

Em tópicos que não são nada triviais de serem conseguidos.

Ou seja, vamos ter déficit até 2026 e 2027, com aumento da dívida que vai atingir cerca de 90% do **PIB** em 2031. A partir daí, começa acair muito gradualmente.

A Câmara melhorou a regra ao incluir Fundeb, piso da enfermagem e capitalização das estatais na regra. Outra coisa foi a volta das avaliações bimestrais (das receitas e despesas) e do contingenciamento.

O que o arcabouço traz de bom é a estabilidade macroeconômica ao reduzir o risco de insustentabilidade das contas públicas. E isso já é uma tremenda ajuda para andar com outras agendas com potencial maior de atrair investimentos.

Em termos de agenda de reformas prioritárias, o governo colocou a tributária como o próximo passo. E parece que ela tem maior chance de aprovação do que se esperava." ALESSANDRA RIBEIRO, Economista e sócia da Tendências Consultoria

Um teto "gelatinoso"

"Mas dá elementos para que o BC possa iniciar lentamente a redução de juros"

"Perdeu-se a oportunidade de fazer uma coisa maior, há muita opacidade e dúvidas no arcabouço, ainda que se configure um quadro melhor do que aquele que existia antes do encaminhamento do projeto. A resposta sobre qual vai ser o limite para gasto no ano

que vem é difícilima.

Vai ser afetado pela **inflação** até junho, depois tem um crédito suplementar para a diferença da **inflação** de junho até o fim do ano, e se a projeção de receita prevista foi maior, pode corrigir. É um texto escrito em javanês. Perde-se a chance de ter uma discussão madura e séria sobre efetivamente fazer restrições.

Não significa que a regra futura não possa ser razoável, mas o ponto de largada é muito ruim, com um teto gelatinoso.

Na prática vamos ter um crescimento do gasto enorme, tudo indica que poderá chegar a 2,5% de aumento mais a diferença entre a **inflação** deste ano de 6% e a média de 5% em 2024 (o limite permitido para o gasto vai ser corrigido por uma **inflação** maior que a de 2024).

Mas o arcabouço dá os elementos para que o Banco Central possa iniciar lentamente um processo de redução de juros, a partir de agosto ou setembro.

Comparativamente a quem temia o pior num governo do PT, o juro longo caiu de 6,3% para 5,9%. Há espaço para cair, mas não vejo algo que permita trazer novamente o juro de longo prazo para o nível que estava antes da pandemia.

Honestamente me parece difícil ter de novo juro de 3,5% em títulos de 30 anos.

Já em 2026, vai ter uma restrição fiscal mais séria, a partir de um gasto inchado (nos anos anteriores), e pode haver tentação política de jogar o limite para cima no ano eleitoral." FABIO GIAMBIAGI, Economista e pesquisador da FGV

Menos tensão no mercado

"Haddad ganha mais fôlego para levar adiante a **reforma tributária**"

"Avalio como positiva a aprovação do arcabouço fiscal. Do ponto de vista técnico, tem uma base boa e será capaz de aliviar as tensões do mercado financeiro. Mas a Faria Lima vai acompanhar se o governo Lula 3 conseguirá operar dentro dos limites de gastos estabelecidos pelo arcabouço.

Sabemos que o PT é sempre por mais gastos, e a estrutura aprovada -com limites -não cabe no pensamento petista. Mas numa democracia é assim que funciona.

Cumprir as regras vai depender do dia a dia da gestão, mas o ministro Fernando Haddad (da Fazenda)

mostrou que tem credibilidade. Ele ganha mais fôlego para levar adiante a próxima reforma importante, que é a tributária. Não será a ideal, mas a possível, certamente melhor do que o cenário tributário que temos hoje.

O arcabouço provocou críticas de economistas mais fiscalistas, que acharam as regras frágeis. Claro que há margem para que ocorram divergências sobre as regras fiscais, mas o que foi aprovado tem consistência para equilibrar as contas.

A despeito de algumas posições extremadas de economistas em relação à dívida pública, hoje há uma dívida em relação ao **PIB** que fechou 2022 em 73,5%, mesmo depois da expansão fiscal de 10% na pandemia. E a economia brasileira está crescendo.

A aprovação melhora as expectativas em relação ao país.

Hoje, o real se valoriza e está valendo R\$ 4,95 em relação ao dólar porque o arcabouço sinaliza que há um esforço para contenção dos gastos. Também é uma oportunidade para que o Banco Central aproveite o momento de "paz" e comece a baixar os juros. As mudanças propostas pelos deputados não alteraram a essência." LUIZ CARLOS MENDONÇA DE BARROS, Economista e ex-presidente do BNDES

Mais espaço para gastar

"Não é algo que se enxergue, de fato, que vai levar à estabilização da dívida"

"Osubstitutivo não mudou muito a natureza do foi proposto pelo Executivo, abrindo um pouco mais de espaço para o gasto público com aumento de imposto. Mas não é algo que se enxergue, de fato, que vai levar a superávit nas contas públicas e estabilização da dívida em relação ao **PIB**.

Se, por um lado, evita cenários extremos de descontrole fiscal, com algum compromisso do governo, não ajuda a ter juros estruturalmente mais baixos no país.

A Câmara reagiu a críticas de analistas e recuperou a obrigação de contingenciamento (bloqueio de gastos em caso de risco de descumprimento de metas) e retirou algumas coisas da lista de despesas que estavam fora da regra. Mas é um texto muito complexo, que dificulta estimar as variáveis fiscais no curto prazo, principalmente em 2024, que tem uma licença grande para gasto.

Mas ninguém fala de reforma estrutural para conter despesas obrigatórias, não há uma agenda de

estabilização da dívida pública, isso não existe.

Ficamos discutindo como vai ser o impacto na regra, desde coisas menores, como mecanismos do arcabouço, até a capacidade de aumentar a receita tributária. Taxação de investimento no exterior se reconhece que é necessária, mas outras questões não são fáceis de prosperar.

Após o arcabouço, na ordem teria que vir a **reforma tributária**, ainda que não envolva aumento de arrecadação, vai mexer com muitos grupos. Uma preocupação é o fato de o arcabouço depender de aumento de arrecadação, o timing não é bom para isso. O ideal era entrar na **reforma tributária** sem essa sombra de aumento de carga." ZEINA LATIF, Economista e sócia da Gibraltar Consulting

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Governadores cobram detalhes do texto da reforma tributária

Caetano Tonet De Brasília

Reunidos em Brasília nessa quarta-feira (24) com o relator da **reforma tributária**, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), representantes das 27 unidades da federação cobraram detalhes do parecer que deve ser apresentado em junho. Segundo o Valor apurou, o relator voltou a defender a adoção do modelo de um Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) único para União, Estados e municípios, e não dual. A maioria dos governadores, por outro lado, defendeu a segunda opção.

O IVA único substituiria os atuais IPI, PIS e Cofins, que são federais, o ICMS, estadual, e o ISS, que é municipal. Já o dual se transformaria em um imposto federal e outro estadual/municipal, o que, segundo seus defensores, faria com que os entes subnacionais não perdessem autonomia arrecadatória sobre seu principal imposto, o ICMS, para o governo federal.

O relator tem dito que, por uma decisão política, o IVA dual pode ser adotado na reforma. No entanto, argumenta, o IVA único seria a melhor opção técnica.

Segundo o Valor apurou, na reunião desta quarta-feira (25) os governadores argumentaram justamente que a opção pelo IVA dual pode ajudar a viabilizar politicamente a reforma.

"Todos os governadores manifestando apoio [à **reforma tributária**], mas inseguros por ausência do texto. Qual alíquota que vai ser? Vai ser um IVA dual ou um IVA único?", questionou o governador do Espírito Santo, Renato Casagrande (PSB). De acordo com ele, a maioria dos presentes teria se manifestado a favor de um IVA dual.

"Poucos se expressaram, mas os poucos que se expressaram, como o governador de São Paulo, se expressaram pelo IVA dual. Isso dá um sentimento de não perder soberania sobre o tributo", afirmou Casagrande, citando Tarcísio de Freitas (Republicanos).

"Nós sabemos que a **reforma tributária** está alicerçada na migração para a cobrança no destino, é uma tendência mundial, isso não tem questionamentos se vai acontecer ou não, está dado. O que nós estamos preocupados agora é como ter instrumentos

para compensar Estados com população menor, que não têm um grande poder de consumo", acrescentou.

O governador paulista não falou com a imprensa após o encontro.

Outra preocupação dos governadores é com relação aos benefícios fiscais concedidos a empresas.

Segundo Casagrande, há contratos que vão até 2032. Ele defendeu que o Fundo de Desenvolvimento Regional seja utilizado para a manutenção desses benefícios fiscais.

"Com relação à Zona Franca de Manaus, está excepcionalizada.

Vai ser mantida. Não sabemos qual vai ser o mecanismo porque você vai ter que ter alguma compensação financeira nas empresas, uma vez que a cobrança vai ser no destino. Já está declarado que a Zona Franca e o Simples estarão excepcionalizados", pontuou Casagrande.

O governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União), também criticou a falta de detalhes. "Em nome de uma **reforma tributária** você quase que dissolve a federação. E eu passo a ser o quê? Ordenador de despesa. Recebo mesada e repasso.

Qual é a iniciativa de um governador, de um prefeito e de uma assembleia legislativa? Isso tudo não teve resposta", disse. Segundo ele, os Estados não podem receber "um prato feito" às vésperas da votação.

Caiado lembrou que criou um imposto para o agronegócio em Goiás para compensar a perda de arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre os combustíveis.

E criticou os que colocam o ICMS como vilão do sistema tributário.

"O histórico da União em relação aos Estados não é bom. Não estou falando de governo específico.

O histórico da União foi de criar contribuições para ter arrecadação para ela sem dividir com os Estados. Isso faz com que os Estados olhem com especial desconfiança os movimentos", afirmou o governador

do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB). "Não queremos que essa desconfiança signifique obstáculos, queremos ajudar a construir, mas a União vai ter que demonstrar a sua generosidade."

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187557>

Com arcabouço aprovado, gestão Lula 3 começa pra valer

Bruno Carazza Belo Horizonte

Este é um governo atípico, e não apenas porque marca o retorno de um presidente para um terceiro mandato. As circunstâncias políticas mostram que não há limites temporais muito rígidos quando se trata deste período Lula 3.

A votação apertada nas eleições presidenciais, de apenas 1,8 pontos percentuais entre os votos válidos no segundo turno, indicava que não seria fácil.

É bem verdade que o vácuo de poder deixado por Bolsonaro ajudou. Mas Lula tem os méritos de costurar de forma muito rápida uma aliança com Arthur Lira e Rodrigo Pacheco e aprovar, antes mesmo de tomar posse, uma mudança na Constituição que lhe deu os recursos necessários para atender às suas promessas básicas de campanha.

Com uma boa folga tanto na Câmara (331 votos, contra o mínimo de 308) como no Senado (63 apoios, 14 além do necessário), a PEC da Transição autorizou o novo presidente a furar o teto em R\$ 145 bilhões e atender de imediato os seus principais compromissos eleitorais - reajustes no Bolsa Família, na tabela do Imposto de Renda e no salário mínimo, além da recomposição de políticas, como o Minha Casa Minha Vida e Farmácia Popular.

Com o país saindo das urnas tão polarizado, e uma configuração do Parlamento bem conservadora, o apoio a Lula não sairia tão barato.

Prova disso é que o alívio fiscal veio com uma condicionante: o novo governo deveria apresentar, até 31 de agosto, um novo regime fiscal para limitar as ações dos petistas, em substituição ao tão criticado teto de gastos.

Novos governos, em geral, têm como principal missão no início de mandato organizar sua base de apoio no Congresso e colocar as finanças em ordem, para daí começar a tocar sua agenda. Nesta volta de Lula ao poder, imaginava-se que esses problemas estariam minimamente resolvidos com a adesão de MDB, PSD e União Brasil ao governo, com três ministérios cada um, e após a aprovação do novo arcabouço fiscal.

A folgada aprovação, no fim da noite de terça, do texto

base do substitutivo do relator Claudio Cajado (PP-BA) ao projeto de novo arcabouço fiscal apresentado pelo governo na Câmara é o sinal de que agora o governo Lula 3 começou pra valer.

Os 372 votos a favor carregam três notáveis significados. Primeiro: Arthur Lira entregou o que prometeu, mostrando-se ainda mais necessário para a condução do governo. Segundo: Os titubeantes União Brasil, MDB e PSD desta vez honraram seus compromissos, com alta taxa de fidelidade (só 11 votos contrários contra 122 a favor). Terceiro: A farta liberação de emendas mostrou-se capaz de atrair inclusive votos contrários (o opositorista PL, de Jair Bolsonaro, deu 30 de seus 99 votos a favor do arcabouço).

Virada a página do arcabouço fiscal, visto que não devem ocorrer turbulências até sua ratificação pelo Senado, Lula limpa a pauta para iniciar a execução de sua agenda de governo. Neste contexto, surgem várias perguntas: O presidente vai realmente se engajar pela **reforma tributária**?

Quais serão suas outras prioridades a partir de agora? Lula conseguirá garantir o apoio de Lira e dos partidos da sua base nas próximas votações?

Também para Fernando Haddad, a aprovação do arcabouço fiscal muda o padrão de exigências e cobranças.

Com as novas regras para as finanças públicas, o ministro da Fazenda passará a ser avaliado não mais por sua capacidade política de vencer resistências no PT e no Congresso em favor do arcabouço, mas pelas suas efetivas entregas em termos fiscais e de crescimento econômico.

A aprovação do novo marco fiscal, portanto, é o segundo início de um peculiar governo que começou em 30 de outubro de 2022, mas só se dará a conhecer a partir de agora.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187557>

Arcabouço é bem recebido, mas exterior limita ganhos



Pinheiro, da Galapagos: agentes têm de assimilar aprovação e revisar projeções

Gabriel Roca, Matheus Prado, Arthur Cagliari e Augusto Decker

A aprovação do arcabouço fiscal na Câmara dos Deputados deu espaço para que os mercados de câmbio e juros ampliassem movimento de retirada de prêmios de risco na sessão de ontem. Já o Ibo-vespa, mais sensível a dinâmicas externas durante o dia, recuou.

De um lado, na China, os indicadores econômicos seguem surpreendendo negativamente. E do outro, nos EUA, persistem dúvidas sobre por quanto tempo o Federal Reserve (Fed) manterá os juros na casa de 5%, restringindo o crédito global, e em torno das negociações de extensão do teto da dívida.

No fim do dia, o dólar teve queda de 0,36%, a R\$ 4,9534, enquanto a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2024 passou de 13,295% para 13,265%; e o DI para janeiro de 2027 caiu de 11,195% para 11,14%. O Ibovespa, por outro lado, cedeu 1,03%, aos 108.800 pontos, pressionado pelo recuo de 2,27% das ações ordinárias da Vale.

Com o apoio de 372 deputados, o texto-base do novo marco fiscal foi aprovado na Câmara na noite de terça-feira, o que foi bem recebido pelo mercado. Agentes avaliaram como mais dura a proposta aprovada pelos deputados, embora economistas alertem para a

continuidade de manobras para gastos maiores no curto prazo.

Para o economista-chefe do Banco Pine, Cristiano Oliveira, a melhora do cenário local foi uma resposta não só à leitura de que o texto da proposta saiu mais ajustado do que entrou, mas também ao fato de preparar a Câmara para dar continuidade à pauta econômica.

"A consequência imediata disso é que se abre espaço para a discussão da **reforma tributária**", diz. "Se o investidor perceber que finalmente teremos uma **reforma tributária**, poderemos ter uma mudança na avaliação do risco Brasil, da moeda e da taxa de juros de longo prazo." Oliveira chama atenção, ainda, para o movimento de menor volatilidade da moeda brasileira recentemente. "Isso pode explicar também por que ruídos domésticos têm afetado menos a nossa taxa de câmbio", afirma.

Já a economista-chefe da Galapagos Capital, Tatiana Pinheiro, concorda com a avaliação do Banco Central de que a aprovação da matéria não possui uma relação mecânica com a política monetária. É preciso, diz, esperar que os agentes assimilem a aprovação da proposta final e passem a revisar suas projeções fiscais, o que também demandaria que o governo consiga cumprir suas metas de arrecadação previstas na proposta.

"Se você observar, a desancoragem das expectativas já havia começado no ano passado, com a perspectiva de uma política fiscal mais frouxa. Se o arcabouço fiscal for interpretado como crível, isso deve ajudar as expectativas de **inflação** a melhorarem também", diz.

Apesar disso, a Galapagos mantém seu cenário de início do ciclo de cortes de juros no mês de setembro. Segundo a economista, a **inflação** de alimentos deve perder força com fatores positivos para a saída; a deflação dos preços no atacado deve ser repassada para o varejo em alguma magnitude; a queda nos combustíveis deve manter o índice cheio em níveis mais baixos; e os efeitos defasados da política monetária devem continuar, ainda que lentamente, provocando uma queda na **inflação** de serviços.

" Em setembro, acredito que já haveria tempo para uma maturação de todos esses fatores, o que deveria

levar a uma **inflação** mais baixa e com núcleos comportados. Ao mesmo tempo, em setembro, o ano de 2025 começa a fazer parte do horizonte relevante do Banco Central, o que também deve ajudar no início dos cortes", afirma.

A despeito da performance positiva dos demais mercados, a bolsa operou no vermelho desde os primeiros negócios do dia, pressionada pelo mau humor do investidor internacional. Agentes seguem preocupados com o impasse entre republicanos e democratas sobre a revisão do teto da dívida americana, com o ciclo de aperto do Fed e com a performance das commodities metálicas na China.

"Este impasse em torno do teto da dívida dos EUA parece restrito ao curto prazo, mas deixa o mercado mais cauteloso. O Fed também indica estar próximo do fim do ciclo de aperto, o que reduz as possibilidades de uma recessão mais forte", diz Priscila Araújo, gestora de renda variável da O3 Capital. "A China, por outro lado, está patinando em termos industriais e parece caminhar para um cenário de médio prazo desafiador", diz.

A executiva espera, então, que as ações ligadas à economia local sigam performando melhor que as exportadoras à frente, reduzindo o "gap" que foi criado nos últimos anos, quando os papéis de commodities se destacaram. "Se o cenário global ficar estável, a bolsa tem espaço para andar", afirma. "Acredito que estamos no início de um ciclo positivo, já que o "valuation" dos ativos está descontado e tivemos a resolução de incertezas."

Entre as maiores oscilações do dia, os frigoríficos estenderam perdas em meio ao surgimento de casos suspeitos de gripe aviária no Brasil. BRF ON recuou 5,55%, JBS ON caiu 4,89% e Minerva ON cedeu 4,23%. Petrobras ON e PN avançaram 1,09% e 1,52%, respectivamente, em linha com os ganhos do petróleo Brent em Londres.

Investidores em Wall Street permaneceram propensos a buscar ativos considerados seguros por conta da falta de resolução do impasse que impede a elevação ou suspensão do teto da dívida dos EUA. Sem grandes novidades, a ata da reunião de maio do Federal Reserve (Fed) reiterou a divisão de opiniões entre os dirigentes do BC americano e foi apenas monitorada pelos agentes.

Nas bolsas, o índice Dow Jones fechou em queda de 0,77%, a 32.799,92 pontos, o S P 500 recuou 0,73%, a 4.115,24 pontos, e o Nasdaq cedeu 0,61%, a 12.484,16 pontos.

Já o índice DXY, que mede a variação ponderada do

dólar ante uma cesta de seis rivais, terminou a tarde com ganhos de 0,41%, a 103,912 pontos.

Por fim, na renda fixa, os juros dos Treasuries subiram repercutindo a preocupação do mercado com um possível default da dívida americana. O rendimento da T-note de dois anos subiu para 4,402% e o da T-note de 10 anos avançou para 3,748%.

Após uma reunião de poucos avanços com o presidente Joe Biden na última segunda-feira e comentários menos otimistas a correligionários na terça-feira, o presidente da Câmara dos EUA, Kevin McCarthy, voltou a destacar que ainda há diferenças entre democratas e republicanos quanto aos gastos do governo que os impedem de fechar um acordo para elevar ou suspender o teto da dívida americana.

"Todo mundo já viu esse filme antes e agora estamos finalmente começando a ver algum estresse no mercado, já que as negociações sobre o teto da dívida permanecem em um impasse. Os Treasuries de curto prazo estão em foco, já que o rendimento da T-bill com vencimento em 1a de junho passa dos 7,0%", avalia Edward Moya, analista sênior de mercados da Oanda.

Sobre a ata do Fed, divulgada na tarde de ontem, economistas destacam que o documento mostrou divisão de opiniões entre os membros da autoridade sobre o futuro da política monetária nos EUA. O documento, porém, trouxe poucas novidades e a repercussão nos mercados foi mínima.

Na Europa, o dia foi ainda mais negativo que em Wall Street, após a **inflação** no Reino Unido voltar a acelerar em abril, para uma taxa anual de 8,7%.

Por lá, o índice Stoxx 600 das ações europeias terminou em queda de 1,81%, a 457,65 pontos.

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE
Arcabouço é bem recebido, mas exterior limita ganhos

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20230524/>

Dia Livre de Impostos: lojistas chamam atenção sobre carga tributária

Para chamar atenção dos consumidores sobre a carga tributária paga no país, cerca de 50 mil lojistas realizam nesta quinta-feira (25) o Dia Livre de **Impostos**.

Entre os participantes, alguns postos de combustíveis vão ofertar gasolina com valor cerca de 20% mais baixo, mas há descontos que podem chegar a 70% do preço final do produto.

A mobilização da Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas e da Câmara de Dirigentes Lojistas Jovens tem o objetivo de chamar a atenção do quanto o brasileiro contribui em **impostos** cada vez que consome um produto ou **serviço**.

Thiago Luz, coordenador do curso de Direito da Faculdade Anhanguera de Brasília, lembra que uma mudança na legislação obriga a emissão de notas fiscais com detalhamento dos **tributos** pagos pelo consumidor.

Apesar desse detalhamento disponível nos cupons fiscais, muitos brasileiros não têm ideia de que os **tributos** consomem cerca de 35% dos salários da maioria da população, segundo estudos.

Raphael Paganini, coordenador nacional da Câmara de Dirigentes Lojistas Jovem afirma que do lado dos empresários, a campanha ainda é uma forma de chamar atenção para urgência da **reforma tributária**.

Segundo os organizadores do Dia Livre de **Impostos**, mais de 1.200 cidades brasileiras participam da ação.

Site: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/economia/audio/2023-05/dia-livre-de-impostos-lojistas-chamam-atencao-sobre-carga-tributaria>

Para Haddad, caminho para aprovação da reforma tributária está aberto

Rafaela Gonçalves

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que o resultado expressivo da votação da nova regra fiscal na Câmara dos Deputados, na noite da última terça-feira, dá muita confiança ao governo para a aprovação da **reforma tributária**. A expectativa, segundo o ministro, é de que a reforma seja votada na Câmara ainda neste semestre.

[A aprovação] Dá muita confiança de que a **reforma tributária** é a próxima tarefa a cumprir. Vamos colocar toda a equipe da secretaria extraordinária a serviço do relator, disse ele, nesta quarta-feira (24/5).

O projeto para a reforma, no entanto, ainda está em fase de discussão em um grupo de trabalho montado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), ainda sem prazo para passar pelo plenário.

Haddad disse que Lira deixou muito claro que pretende votar o texto antes do recesso. E destacou ainda que a aprovação da regra fiscal por 372 votos a favor e 108 contra mostra que o governo tem base no Congresso.

Ficou demonstrado que é possível, com um bom projeto, angariar apoio expressivo dos parlamentares. Dizia-se muito que composição da Câmara e Senado seria obstáculo para as reformas, e estamos vendo que, com bom senso e diálogo, é possível, afirmou.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense. É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio, uma das inovações lançadas pelo WhatsApp.

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail sredat.df@dabr.com.br.

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/economia/2023/05/5097006-para-haddad-caminho-para-aprovacao-da-reforma-tributaria-esta-aberto.html>

Quais os prós e contras do arcabouço fiscal aprovado na Câmara? Cinco economistas respondem

Por **Cássia Almeida e João Sorima Neto** - Rio e São Paulo

Impede o descontrole fiscal, acalma o mercado financeiro e estabelece controles para cumprir as metas de resultado primário, mas tem regras complexas, que enrijecem ainda mais o Orçamento. Essa é a avaliação de cinco economistas ouvidos pelo GLOBO sobre o texto final do novo arcabouço fiscal, a nova regra para as contas públicas que vai substituir o teto de gastos. O texto foi aprovado ontem na Câmara e agora vai para a apreciação do Senado.

Segundo o cálculo da economista Vilma Pinto, diretora do Instituto Fiscal Independente (IFI), ligado ao Senado, a parcela das despesas obrigatórias sobe de 90,5% para 93,3% com a fixação de um piso para os investimentos, despesa que antes não era obrigatória:

- Esse é um dos pontos que venho destacando desde o projeto original do Executivo. O FMI (Fundo Monetário Internacional) defende piso para proteger os investimentos. Tudo bem, mas nosso Orçamento é extremamente rígido e estamos criando mais um piso.

Ela calcula que o gasto vai crescer R\$ 42,2 bilhões em 2025 e ainda faz as contas para o valor de 2024. A complexidade da regra para expansão de despesas em 2024 é criticada por Vilma e pelo pesquisador da FGV Fabio Giambiagi, que diz que o texto "foi escrito em javanês" e é pouco transparente.

O ex-presidente do BNDES Luiz Carlos Mendonça de Barros avalia que o arcabouço será capaz de aliviar as tensões do mercado, e Alessandra Ribeiro, sócia da consultoria Tendências, considera o projeto suficiente para impedir o descontrole fiscal. Mas a economista Zeina Latif alerta que a política fiscal é muito dependente do aumento de receitas.

Veja a seguir a visão dos cinco economistas:

Alessandra Ribeiro, economista e sócia da Tendências Consultoria

O texto aponta para expansão dos gastos. É uma regra que permite aumento de gastos em termos reais

(acima da **inflação**). O ponto positivo é que a regra trouxe os limites de 0,6% e 2,5% para o crescimento das despesas, atrelados ao crescimento das receitas.

Isso ajuda a reduzir os riscos de sustentabilidade das contas públicas. O crescimento médio real das despesas antes do teto de gastos (correção somente pela **inflação** instituído em 2015) era de 6% em termos reais. Ter um limite de 2,5% é bastante positivo.

Mas, quando pensamos nas metas de resultado primário (receita menos despesa antes do pagamento dos juros da dívida pública) apresentadas pelo governo, a avaliação é que elas são difíceis de serem perseguidas.

Para conseguir cumpri-las, o país vai depender de um aumento de receitas importante. Em tópicos que não são nada triviais de serem conseguidos. Ou seja, vamos ter déficit até 2026 e 2027, com aumento da dívida que vai atingir cerca de 90% do **PIB** em 2031. A partir daí, começa a cair muito gradualmente.

A Câmara melhorou a regra ao incluir Fundeb, piso da enfermagem e capitalização das estatais na regra. Outra coisa foi a volta das avaliações bimestrais (das receitas e despesas) e do contingenciamento.

O que o arcabouço traz de bom é a estabilidade macroeconômica ao reduzir o risco de insustentabilidade das contas públicas. E isso já é uma tremenda ajuda para andar com outras agendas com potencial maior de atrair investimentos. Em termos de agenda de reformas prioritárias, o governo colocou a tributária como o próximo passo. E parece que ela tem maior chance de aprovação do que se esperava.

Fabio Giambiagi, economista, pesquisador da FGV e colunista do GLOBO

Perdeu-se a oportunidade de fazer uma coisa maior, há muita opacidade e dúvidas no arcabouço, ainda que se configure um quadro melhor do que aquele que existia antes do encaminhamento do projeto. A resposta sobre qual vai ser o limite para gasto no ano que vem é difícil.

Vai ser afetado pela **inflação** até junho, depois tem um crédito suplementar para a diferença da **inflação** de junho até o fim do ano, e se a projeção de receita prevista foi maior, pode corrigir. É um texto escrito em javanês. Perde-se a chance de ter uma discussão madura e séria sobre efetivamente fazer restrições.

Não significa que a regra futura não possa ser razoável, mas o ponto de largada é muito ruim, com um teto gelatinoso. Na prática vamos ter um crescimento do gasto enorme, tudo indica que poderá chegar a 2,5% de aumento mais a diferença entre a **inflação** deste ano de 6% e a média de 5% em 2024 (o limite permitido para o gasto vai ser corrigido por uma **inflação** maior que a de 2024).

Mas o arcabouço dá os elementos para que o Banco Central possa iniciar lentamente um processo de redução de juros, a partir de agosto ou setembro. Comparativamente a quem temia o pior num governo do PT, o juro longo caiu de 6,3% para 5,9%.

Há espaço para cair, mas não vejo algo que permita trazer novamente o juro de longo prazo para o nível que estava antes da pandemia. Honestamente me parece difícil ter de novo juro de 3,5% em títulos de 30 anos.

Já em 2026, vai ter uma restrição fiscal mais séria, a partir de um gasto inchado (nos anos anteriores), e pode haver tentação política de jogar o limite para cima no ano eleitoral.

Luiz Carlos Mendonça de Barros, economista e ex-presidente do BNDES

Avalio como positiva a aprovação do arcabouço fiscal. Do ponto de vista técnico, tem uma base boa e será capaz de aliviar as tensões do mercado financeiro. Mas a Faria Lima vai acompanhar se o governo Lula 3 conseguirá operar dentro dos limites de gastos estabelecidos pelo arcabouço.

Sabemos que o PT é sempre por mais gastos, e a estrutura aprovada - com limites - não cabe no pensamento petista. Mas numa democracia é assim que funciona.

Cumprir as regras vai depender do dia a dia da gestão, mas o ministro Fernando Haddad (da Fazenda) mostrou que tem credibilidade. Ele ganha mais fôlego para levar adiante a próxima reforma importante, que é a tributária. Não será a ideal, mas a possível, certamente melhor do que o cenário tributário que temos hoje.

O arcabouço provocou críticas de economistas mais

fiscalistas, que acharam as regras frágeis. Claro que há margem para que ocorram divergências sobre as regras fiscais, mas o que foi aprovado tem consistência para equilibrar as contas.

A despeito de algumas posições extremadas de economistas em relação à dívida pública, hoje há uma dívida em relação ao **PIB** que fechou 2022 em 73,5%, mesmo depois da expansão fiscal de 10% na pandemia. E a economia brasileira está crescendo.

A aprovação melhora as expectativas em relação ao país. Hoje, o real se valoriza e está valendo R\$ 4,95 em relação ao dólar porque o arcabouço sinaliza que há um esforço para contenção dos gastos.

Também é uma oportunidade para que o Banco Central aproveite o momento de "paz" e comece a baixar os juros. As mudanças propostas pelos deputados não alteraram a essência.

Vilma Pinto, diretora do Instituto Fiscal Independente (IFI)

Calculamos que o gasto público vai crescer R\$ 42,2 bilhões em 2025, mas ainda estamos fazendo as contas para saber quanto vai subir o limite de despesa no ano que vem. Em linhas gerais, a regra é muito complexa e vai depender muito das receitas. As boas práticas recomendam que sejam simples, para comunicar melhor, dar transparência para poder acompanhar o cumprimento dela.

Podemos observar algumas melhorias como citar explicitamente a preocupação com a sustentabilidade da dívida, já que não fazia menção no projeto do Executivo, e a redução das exceções. No teto de gastos (regra que prevalece hoje e limita o crescimento das despesas à **inflação**), as exceções com o tempo começaram a crescer.

A rigidez da gestão pública aumentou. A parcela das despesas obrigatórias sobe de 90,5% para 93,3% do Orçamento com a fixação de um piso para os investimentos, despesa que antes não era obrigatória. Esse é um dos pontos que venho destacando desde o projeto original do Executivo.

O FMI (Fundo Monetário Internacional) defende piso para proteger os investimentos. Tudo bem, mas nosso Orçamento é extremamente rígido e estamos criando mais um piso. Temos piso para saúde, educação, assistência. Quando tudo é prioridade, não se consegue priorizar nada de forma adequada.

Não consigo enxergar risco maior de descumprimento das metas antes de 2027 por conta do vencimento dos precatórios (dívidas da União), mas são metas que

dependem de receitas, o que é uma incógnita ainda. Há dificuldade de ver e de projetar o potencial que está sendo divulgado. Ainda são receitas incertas.

Zeina Latif, economista e sócia da Gibraltar Consulting

O substitutivo não mudou muito a natureza do foi proposto pelo Executivo, abrindo um pouco mais de espaço para o gasto público com aumento de imposto. Mas não é algo que se enxergue, de fato, que vai levar a superávit nas contas públicas e estabilização da dívida em relação ao **PIB**.

Se, por um lado, evita cenários extremos de descontrole fiscal, com algum compromisso do governo, não ajuda a ter juros estruturalmente mais baixos no país.

A Câmara reagiu a críticas de analistas e recuperou a obrigação de contingenciamento (bloqueio de gastos em caso de risco de descumprimento de metas) e retirou algumas coisas da lista de despesas que estavam fora da regra. Mas é um texto muito complexo, que dificulta estimar as variáveis fiscais no curto prazo, principalmente em 2024, que tem uma licença grande para gasto.

Mas ninguém fala de reforma estrutural para conter despesas obrigatórias, não há uma agenda de estabilização da dívida pública, isso não existe.

Ficamos discutindo como vai ser o impacto na regra, desde coisas menores, como mecanismos do arcabouço, até a capacidade de aumentar a receita tributária. Taxação de investimento no exterior se reconhece que é necessária, mas outras questões não são fáceis de prosperar.

Após o arcabouço, na ordem teria que vir a **reforma tributária**, ainda que não envolva aumento de arrecadação, vai mexer com muitos grupos. Uma preocupação é o fato de o arcabouço depender de aumento de arrecadação, o timing não é bom para isso. O ideal era entrar na **reforma tributária** sem essa sombra de aumento de carga.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/05/quais-os-pros-e-contras-do-arcabouco-fiscal-aprovado-na-camara-cinco-economistas-respondem.ghtml>

Novo arcabouço será pretexto para aumentar impostos (Editorial)

A Câmara dos Deputados aprovou enfim o projeto do novo arcabouço fiscal, que precisa passar pelo crivo do Senado. A última versão do relator Cláudio Cajado (PPBA), aprovada por 372 votos a 108, traz avanços em relação à original, enviada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Aprová-la será melhor do que nada, já que a regra fiscal anterior, o teto de gastos, é letra morta.

Ainda assim, há várias dúvidas sobre sua eficácia para estabilizar a dívida pública e uma certeza: para ela funcionar, a arrecadação precisará subir.

O novo arcabouço será, portanto, o pretexto de que o governo lançará mão para elevar a carga tributária.

Entre os últimos ajustes positivos está o endurecimento na permissão para gastar em 2024. Na primeira versão do relator, a limitação ao aumento das despesas no ano que vem seria inócua, pois elas cresceriam automaticamente no percentual máximo permitido (2,5%). Cálculos de economistas independentes estimavam uma ampliação da ordem de R\$ 80 bilhões.

Depois da pressão, o relator atrelou o aumento nos gastos ao crescimento da receita. Eventuais brechas serão descontadas no ano seguinte.

Cajado também manteve dentro da base de gastos as despesas do fundo para financiar o governo do Distrito Federal (dependente de repasses da União) e do Fundeb, voltado para educação básica (embora, no caso deste último, a base também cresça na medida da elevação constitucional prevista para o fundo). Como já determinara no primeiro parecer, o governo sofrerá sanções caso não cumpra as metas fiscais. Entre as limitações está a proibição de criar cargo, emprego ou função que aumente a despesa. Com descumprimento por dois anos consecutivos, ficarão vetados concursos, aumentos ou reajustes para o funcionalismo.

Haverá, portanto, alguma trava à irresponsabilidade fiscal.

Uma mudança negativa está na regra adotada para cortes em caso de descumprimento da meta. Na versão anterior, o governo definiria onde segurar gastos. Pelo que foi aprovado, haverá bloqueio na

mesma proporção em investimentos, custeio da máquina e emendas parlamentares (critério chamado de "contingenciamento linear").

A medida protege os congressistas e suas bases eleitorais, em detrimento de grandes projetos de investimentos e das necessidades do cidadão.

Embora positivo na comparação com a proposta do Ministério da Fazenda, o texto deixa muito a desejar.

São confusas e incertas as regras necessárias para garantir que o governo, qualquer que seja, pare de elevar a dívida pública rumo a patamares insustentáveis.

O novo arcabouço depende de forte aumento nas receitas para funcionar e livra o presidente de punição por crimes fiscais (como os que levaram ao impeachment de Dilma Rousseff). A alta obrigatória nos gastos libera o governo para adotar toda sorte de medida populista, do aumento do salário mínimo a subsídios e agrados a empresários amigos. Para a sociedade, o custo provável será maior carga de **impostos**.

O governo informou que pretende zerar o déficit primário em 2024 e alcançar superávits em torno de 0,5% do PIB em 2025 e 1% em 2026. Após quase cinco meses no poder, passou na Câmara uma nova regra fiscal com teto móvel, do jeito como queria. Em caso de fracasso -e hoje ele é mais provável que o êxito -, não poderá lançar a culpa sobre nenhuma "herança maldita".

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Governo deve anunciar hoje medidas para baratear carro popular



BRENNO CARVALHO/23-5-2024

Regras fiscais. Haddad: "Nós discutimos várias possibilidades, mas tem coisas que só dá para fazer ano que vem"

JOÃO SORIMA NETO E RENAN MONTEIRO
economia@oglobo.com.br SÃO PAULO E BRASÍLIA -

O governo deve anunciar hoje, no Dia da Indústria, um novo conceito de carro popular para impulsionar as vendas no país. Mas o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, já avisou que uma parcela das medidas em discussão a serem adotadas para baratear esses veículos só poderão ser aplicadas no ano que vem.

- Nós discutimos várias possibilidades, mas tem coisas que só dá para fazer ano que vem. Pode até ser anunciado, mas só dá pra fazer ano que vem em virtude das regras fiscais. Nós vamos sentar com ele (presidente Lula) para discutir -disse o ministro.

O conceito de carro popular que o governo deve anunciar hoje é diferente do que o brasileiro conheceu num passado recente. Embora os novos populares possam trazer o motor 1.0, de menor potência, não existe mais espaço para que esses veículos sejam desprovidos de equipamentos de segurança obrigatórios por lei desde 2013, como freios ABS e airbags, além itens de conforto, como a direção hidráulica. Especialistas avaliam que, para baixar preços, o governo terá que abrir mão de **impostos**. E que o país vai na contramão mundial, onde se discutem políticas públicas de incentivo ao uso do carro elétrico.

Para os especialistas, para ter preço de R\$ 50 mil, como quer o presidente Lula, será preciso que as montadoras e concessionárias abram mão de uma parte do lucro -algo considerado difícil, já que elas têm

dito ao governo que as margens já são apertadas em carros de menor valor -ou que o governo conceda algum tipo de isenção de **impostos**, visão que não é compartilhada pelo Ministério da Fazenda, que busca medidas para aumentar a arrecadação de **impostos**.

- Não existe mais espaço para carros desprovidos de tecnologia e conforto. Os produtos e os consumidores evoluíram.

Se ninguém quer mais um telefone celular que mais se parece com um "tijolo", também não quer um carro sem o espelho retrovisor direito ou direção hidráulica. Só vejo saída pela via tributária para reduzir preços - diz Antônio Jorge Martins, coordenador de cursos automotivos da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Após a aprovação do arcabouço fiscal, usar benefício fiscal ficou mais difícil, já que a nova regra para controlar os gastos públicos deixa pouca margem para que o governo possa abrir mão de receitas.

MARGEM APERTADA

Por isso, as discussões em Brasília com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) têm sido complexas até que se chegue a um denominador comum.

Fontes a par das conversas observam que nem todas as montadoras têm interesse em oferecer um carro popular, exatamente pela baixa margem de ganho. Por isso, a oferta pode ficar restrita a poucos modelos. Hoje, os SUVs com preços que variam de R\$ 110 mil a R\$ 250 mil dominam o mercado com 44% de participação nas vendas e maior margem de lucro aos fabricantes.

As entidades do setor automotivo apresentaram sugestões, mas não estão participando das conversas. Só as montadoras que têm interesse estão em negociação com o governo.

A Anfavea, que representa as montadoras, não fala pelo setor sobre este tema. A Fenabrave, representante das concessionárias, informou que não tem porta-voz para o assunto.

No MDIC, o tema carro popular vem sendo discutido com discrição para que nada seja divulgado antes do

martelo ser batido, evitando frustração dos consumidores.

"As medidas sobre o setor automotivo estão em estudos, e serão divulgadas assim que forem concluídas, o que ainda não tem previsão", informou o MDIC em nota.

Martins, da FGV, lembra que as montadoras não têm como gerar lucro se não investirem cada vez mais em tecnologia.

Os automóveis estão ficando mais caros, fato agravado pela pandemia, com gargalos no fornecimento de peças.

Um dos problemas apontados pelos especialistas é a queda do poder aquisitivo dos brasileiros.

Por isso, estão na mesa como alternativas para reaquecer o setor o uso do FGTS como garantia ao financiamento - ou a utilização de uma fatia de 10% a 15% para a compra do carro. Juros subsidiados e prazos mais longos de financiamento também podem ser incluídos no pacote de estímulo. Uma redução do ICMS tem esbarrado numa discussão com cada estado.

-A nova política do carro popular tem que passar por ajuste na carga tributária, política de crédito com juros mais baixos, já que 70% dos carros estão sendo vendidos à vista, na contramão do que sempre aconteceu no setor -diz Igor Machado Torres, economista da Tendências Consultoria.

Ele lembra que entre 30% e 40% do preço dos carros são imposto. Para ter algum efeito no valor do veículo, seria preciso zerar a carga tributária, afirma.

Paulo Feldmann, professor do departamento de Administração da FEA (USP), destaca que enquanto o mundo todo debate o carro elétrico, o Brasil faz uma discussão sobre carro popular "fora de contexto": -Não vejo justificativa para discutir a volta do carro popular, enquanto o país não tem política pública para o veículo elétrico, que precisa de infraestrutura e incentivo a quem compra. Estamos na contramão da tendência mundial.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Brasil já emitiu mais de 500 licenças para sites de apostas

ATHOS MOURA athos.moura@oglobo.com.br -

O mercado dos sites de apostas cresce sem parar no Brasil desde que elas foram legalizadas, no fim de 2018. Daquele ano até o primeiro trimestre de 2023, foram emitidas 515 licenças na categoria "exploração de jogos de azar e apostas não especificados anteriormente" do Cadastro Nacional de Atividades Econômicas do IBGE, segundo pesquisa da Data-Hub, empresa que documenta dados não sensíveis a partir de fontes públicas.

Em contrapartida, 227 sites foram fechados. Esses números, entretanto, são de empresas oficiais. Ainda há uma série inumerável de empresas clandestinas operando no mercado.

De acordo com pesquisas, apenas no primeiro trimestre deste ano, 69 empresas de apostas online foram registradas no país. A estimativa é que esse mercado movimente até R\$ 150 bilhões por ano.

VETORES DA EXPLOÇÃO

Segundo Jhon Macário, analista de estudos de mercado da Datahub e responsável pela pesquisa, além da publicidade, seis fatores ajudam a explicar a explosão no mercado de sites no país: a lei que legalizou as apostas, aumento ao acesso à internet, a pandemia, maior número de smartphones em circulação, a popularidade dos jogos eletrônicos (mesmo joguinhos de celulares) e a influência das redes sociais.

- Um dos termômetros que se pode avaliar no grau de interesse desse segmento são as publicidades. Esse meio de apostas online tem tido uma relevância nas propagandas, desde o estádio até o intervalo do jogo. Nos clubes, nos sites que a gente navega, a gente consegue enxergar isso -disse Macário.

Um outro levantamento, feito pelo site BNL Data, especializado no mercado de jogos, estima que as apostas esportivas digitais movimentam, anualmente, algo em torno de R\$ 120 bilhões e R\$ 150 bilhões.

Desse valor, o governo espera conseguir R\$ 15 bilhões para os seus cofres com a arrecadação de **impostos** quando a regulamentação for aprovada.

Para se ter uma dimensão do tamanho da inserção das casas de apostas no futebol, um estudo da Agência de Marketing Esportivo Neo Brand revela que dos 60 clubes que fazem parte das séries A, B e C, 51 tem patrocínios de 23 casas de apostas online diferentes.

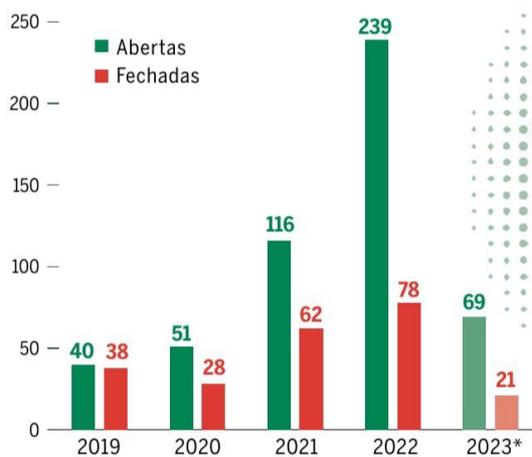
Na Série A, em que 19 clubes são patrocinados - a exceção é o Cuiabá -, cinco casas de apostas investem R\$ 327 milhões em publicidade, sendo que R\$ 209 milhões são pagos com patrocínios master, ou seja, 12 dos 20 times tem uma empresa de apostas online como principal patrocinador.

Os clubes que mais recebem das empresas de apostas são Corinthians (R\$ 35 milhões), Botafogo (R\$ 27,5 milhões), Cruzeiro (R\$ 25 milhões), Flamengo (R\$ 24 milhões), Vasco (R\$ 22 milhões) e Grêmio (R\$ 22 milhões). Os dados também são da Neo Brand.

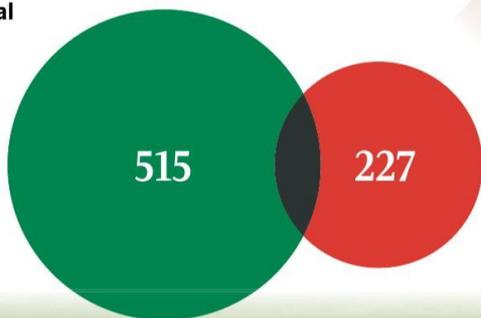
Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

O MERCADO DAS CASAS DE APOSTAS NO BRASIL

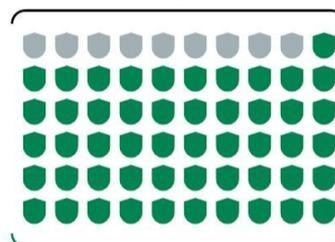
NÚMERO DE EMPRESAS



Total



60
clubes nas séries A, B e C



51
têm patrocínios de
23
casas de apostas diferentes

*Dados relativos ao primeiro trimestre

Fontes: DataHub e Neo Brand

Editoria de Arte

"A narrativa de perda não é verdadeira"



»»Mariana Albuquerque* »»Rafaela Gonçalves

»» Entrevista | Cláudio Cajado (PP-BA) | relator do marco fiscal

Por que a mudança no cálculo do Fundo Constitucional do DF?

O porquê é que tudo que tiver impacto no resultado primário tem de estar na base. Só ficou fora da base, ou seja, fora do teto, como se diz, aquilo que tinha neutralidade orçamentária, ou seja, não tinha nenhum impacto no resultado primário.

Como avalia a reunião com a bancada do DF, que tentou a retirada do trecho sobre o Fundo Constitucional?

Na reunião, eles apresentaram, primeiro na residência oficial, apenas alegações que não poderiam estar fora, porque no teto de gasto estava fora. O fato de estar fora do teto de gasto não significa que ele permaneça dentro desse regime fiscal que estamos trabalhando, porque a lógica mudou.

Estar fora do teto significava que você poderia ter de fato o aumento.

Você estando dentro, contribui com a base dos gastos dos resultados primário federal e, ao mesmo tempo, tem possibilidade de crescimento acima da inflação.

Mas o critério usado é contestado...

O critério que usamos pode ser ruim ou pode ser

criticado, mas é um critério. Tudo que tiver impacto no resultado primário vai estar dentro da base, o que ajuda no crescimento das despesas. Hoje, você tem uma base, vamos supor, de R\$ 2 trilhões. Se o Fundo do DF é R\$ 23 bilhões, você passa a ter uma base de R\$ 2,023 trilhões, então, a base aumenta. Aumentando a base, você está aumentando, também, os 70% que promovem os gastos, para que o governo mantenha suas políticas.

Fora disso, não tem contribuição nenhuma nessa base, esse foi o segundo argumento.

E o terceiro?

O terceiro foi que o Tribunal de Contas da União (TCU) determinou, em 2018, que houvesse uma regulamentação sobre a forma como está sendo feita essa despesa do Fundo Constitucional do DF, que é com base na receita líquida.

O próprio TCU mandou examinar essa questão. Assim, resolvemos deixar na base, com todas as demais excepcionalidades que não tinham razão conceitual.

E os prejuízos causados ao DF?

Deixo claro que o Fundo não perde nada. Vai alcançar R\$ 23 bilhões, o maior valor da sua história, com o crescimento acima da inflação daqui para a frente.

Então, essa narrativa de que perde ou que vem a perder é surreal, não é verdadeira. Se a receita da União cair, o Fundo vai cair, mas só estão olhando para esse lado. Pegando o histórico, só tivemos uma ou duas quedas de receitas, então, isso não é relevante.

Pode cair no futuro, mas, a partir de agora, você tem um fundo estabilizado, com crescimento acima da inflação, com previsibilidade para manter todos os gastos com segurança, educação, e saúde.

É possível assegurar ao servidor público que ele não será prejudicado?

Pode assegurar ao servidor público que ele não terá nenhum prejuízo, pode colocar em letras garrafais.

A maioria dos deputados tem mostrado bastante preocupação com a manutenção de políticas públicas, como piso da enfermagem dentro do teto e Fundeb

(Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica) Mesma lógica do Fundo Constitucional.

Não tem prejuízo. É bom estar dentro. Vai ter correção acima da **inflação**, e, no caso do Fundeb, a cada ano ele tem 2% de aumento. Esses 2% estão integrados à base. No total, mas só para o Fundeb. Então, se hoje você tem R\$ 2 trilhões, o Fundeb é R\$ 40 bilhões e cresce 2%. Vai, por exemplo, para R\$ 42 bilhões. Esse valor acresce só para o Fundeb. Tudo dentro da base, mas terá prejuízo zero.

Desde o princípio o senhor disse que a ideia era de que o texto tivesse o mínimo de mudanças possíveis no relatório. Quais são as expectativas?

Penso que não teremos nenhuma surpresa, em função de que o texto foi extremamente bem formulado, equilibrado, consensualizado com os líderes, e a votação, 372 votos, demonstrou exatamente isso.

Então, não acredito em grandes surpresas, mas é bom continuarmos conversando com os líderes para não ter nenhuma eventualidade.

"Se a receita da União cair, o Fundo vai cair, mas só estão olhando para esse lado.

Pegando o histórico, só tivemos uma ou duas quedas de receitas, então, isso não é relevante"

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/05/25/all.pdf>

A regra e a realidade (Editorial)

A aprovação por larga margem do texto-base da nova regra fiscal pela Câmara dos Deputados confirma que, a despeito de diferenças ideológicas, o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o comando do Congresso firmaram um entendimento para a continuidade da expansão das despesas públicas.

A aliança já havia sido posta em prática mesmo antes da posse de Lula, quando foi concebida a PEC da Gastança -que autorizou desembolsos de mais de R\$ 2 trilhões neste 2023, R\$ 100 bilhões acima do registrado em um ano eleitoral já perdulário sob fair Bolsonaro (PL).

Se a agenda petista é desde sempre a da ampliação do Estado, deputados e senadores, a começar pelos do centrão, querem assegurar o quinhão orçamentário reforçado na administração anterior.

Existe ao menos a compreensão, nos setores mais racionais do Executivo e do Legislativo, de que é preciso indicar algum limite para a alta dos gastos e algum plano para o controle da dívida pública -do contrário, corre-se o risco de descontrole imediato da **inflação**, das cotações do dólar e dos juros.

Foi o que se fez com o texto aprovado pela Câmara na terça-feira (23) por 372 votos a 108. O diploma estabelece, no essencial, que a despesa do governo crescerá acima da **inflação** a cada ano, em uma taxa correspondente a 70% da alta da receita, mas com um piso de 0,6% e um teto de 2,5%.

A fórmula tem lá seu engenho, mas o que interessa no contexto brasileiro é se será capaz de restaurar o equilíbrio das contas do Tesouro e conter, num horizonte visível, a escalada da dívida pública. Nesse aspecto, o otimismo visivelmente excessivo das projeções oficiais acaba de sofrer um baque.

Na revisão orçamentária bimestral, os ministérios da Fazenda e do Planejamento elevaram em nada menos que R\$ 28,6 bilhões a previsão de déficit primário (sem contar encargos com juros) para este ano, que passou a R\$ 136,2 bilhões.

Contra todas as evidências, o governo mantém a meta de reduzir o rombo fiscal a pouco mais de R\$50 bilhões em 2023 e a zero em 2024. Enquanto isso, anuncia a todo momento novos gastos e benefícios tributários, inclusive para o despropósito de patrocinar o relançamento dos carros populares.

Como está claro para todos, o ajuste prometido depende de um aumento improvável e exorbitante de uma carga tributária já excessiva, capaz de acrescentar algo como R\$ 150 bilhões à arrecadação anual ainda neste mandato.

A regra fiscal, que deve passar sem sustos pelo Senado, dissipa os piores temores sobre o manejo da política econômica sob Lula, mas não as incertezas que alimentam as expectativas de **inflação** e os juros do Banco Central.

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50287&anchor=6477800&maxTouch=0&_ga=2.94747226.717745510.1684724620-1980247189.1672582619&_mather=757bf67604fe4aa8&pd=f71b48a04bcc7b058b2ee195b2d54c8c

Governo poderá gastar até R\$ 28 bi a mais em 2024 se receita surpreender

Idiana Tomazelli

O governo poderá fazer um gasto extra de R\$ 15 bilhões a R\$ 28 bilhões em 2024 caso consiga elevar a arrecadação no ano que vem, conforme dispositivo incluído pela Câmara no novo arcabouço fiscal. O texto ainda precisa ser validado pelo Senado.

Após as críticas geradas pela manobra de fixar a alta das despesas no teto de 2,5% no primeiro ano da regra, o relator, deputado Cláudio Cajado (PP- BA), incluiu em seu parecer que foi à votação um meio-termo: inicialmente, restringe a expansão de gastos, mas autoriza a abertura de novos créditos em caso de surpresa positiva do lado das receitas.

Segundo cálculos da consultoria da Câmara, o texto aprovado deve resultar em um aumento inicial no limite de despesas de 1,15% a 1,8% acima da **inflação**. A conta equivale a 70% da alta real de receitas prevista para ocorrer em 12 meses até junho deste ano.

O percentual deverá ser usado como referência na elaboração da LOA (Lei Orçamentária Anual) de 2024, a ser entregue em agosto, e se situa dentro da margem de crescimento das despesas estipulada no arcabouço (0,6% a 2,5% ao ano).

A equipe de Fernando Haddad (Fazenda) tinha expectativa de que a regra aprovada no Congresso viabilizasse um avanço próximo do limite máximo em 2024, para acomodar uma série de despesas cujo aumento já está contratado.

Para não frustrar essa intenção, os parlamentares fizeram uma concessão ao governo e validaram um dispositivo que autoriza o Executivo a abrir créditos adicionais, caso haja uma perspectiva de aumento mais intenso da arrecadação até o fim de 2024.

A equipe econômica poderá calcular, em maio do ano que vem, quando o governo divulga a segunda avaliação bimestral do Orçamento, uma estimativa de alta real da arrecadação em relação a 2023 e aplicar a proporção de 70%. Se isso resultar num número maior que o que corrigiu o limite de gastos na LOA, a equipe econômica poderá abrir novos créditos em valor equivalente.

Na prática, a versão aprova -da permite que a arrecadação extra em 2024 abra espaço para mais gastos. Pelas contas da Câmara, a expansão adicional ficará entre 0,7% e 1,35% -o que resulta nos R\$ 15 bilhões a R\$ 28 bilhões.

Nos cálculos do governo, caso o diferencial fique em 1%, isso abrirá um espaço de R\$ 20 bilhões no Orçamento.

A despesa extra também poderá ser incorporada à base de cálculo para 2025 e anos seguintes, com uma exceção: se ao fim de 2024 o ganho esperado na arrecadação se frustrar -levando o limite de despesa crescer acima de 70% da alta da arrecadação-, os créditos excedentes serão descontados do limite de 2025.0 valor a mais também será retirado da base de cálculo dos anos seguintes.

Nas contas de Felipe Salto, economista-chefe da Warren Rena, a fixação do crescimento da despesa em 2,5% no ano que vem poderia ampliar os gastos em R\$ 29,3 bilhões, gerando um efeito em cascata nos anos seguintes superior a R\$36 bilhões ao ano.

"No novo regramento, o resultado poderá ser, na prática, uma taxa de variação real que se situará entre 1,1% e 2,5%."

A mudança feita pelo Congresso representou uma concessão à equipe de Haddad, que queria um espaço inicial maior para acomodar gastos como o novo piso da enfermagem e a retomada dos mínimos de saúde e educação atrelados a um percentual das receitas -regra que pode levar a um crescimento mais veloz dessas despesas, pressionando o arcabouço.

No entanto, a própria Fazenda tem chamado a atenção para o fato de que o gasto extra só poderá ocorrer se o governo assegurar o cumprimento da meta de primário. Para 2024, o compromisso da equipe econômica é zerar o déficit, equilibrando receitas e despesas.

Se a abertura dos créditos adicionais ficar em risco, o próprio texto obriga o governo a contingenciar recursos -na prática, seria o mesmo que gastar com uma mão e frear com a outra.

O texto aprovado também alterou o piso de

investimentos, o que, na avaliação de Salto, dará mais flexibilidade ao governo na gestão do Orçamento.

A proposta original previa um patamar mínimo de investimentos da ordem de R\$ 75 bilhões (equivalente à previsão para este ano), valor que seria corrigido ano a ano pela inflação. No texto aprovado pela Câmara, esse piso será de 0,6% do PIB.

"Anova regra, quando comparada à anterior, abre R\$ 14,9 bilhões de saída nas despesas discricionárias [em2024], aumentando o espaço para fazer resultado primário", avalia Salto. Segundo ele, porém, não há garantia de que essa regra continuará sendo mais vantajosa do ponto de vista da flexibilidade orçamentária.

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50287&anchor=6477800&maxTouch=0&_ga=2.94747226.717745510.1684724620-1980247189.1672582619&_mather=757bf67604fe4aa8&pd=f71b48a04bcc7b058b2ee195b2d54c8c